



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 10/2019

CONTRATO N. 10/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001014-93.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA - OSTENSIVA, PREVENTIVA, DIURNA E NOTURNA À JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02, com sede na Rua Guiana, nº 2877, Bairro: Embratel, CEP: 76.820-749, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone (s): (62) 3923-5350/(61) 99294-8440, E-mail(s): licitacao@rgvigilancia.com.br; wandrea.coelho@rgvigilancia.com.br, neste ato representada pelo Senhor **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG 3141930/SSP- GO e CPF 779.665.891-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, e consoante Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 5267/2019-PRES/DG/GABDG, de 21/10/2019, e Termo de Homologação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Pregão Eletrônico constante no Despacho n. 6220/2019-PRES/DG/GABDG, de 04/12/2019, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de serviços de vigilância armada - ostensiva, preventiva, diurna e noturna - para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis, fiscalização, execução de atividades internas e externas, triagem, controle do acesso de pessoas, veículos e bens materiais, operação de mecanismo de segurança, realização de rondas nas áreas externas e adjacentes e outras que lhe são afetas e que sejam necessárias para o alcance dos objetivos, concernente em 03 (três) postos de serviço 12 x 36h diurno e 03 (três) postos de serviços 12 x 36h noturno, conforme discriminado na tabela abaixo:

ITEM	TIPO DE POSTO DE VIGILÂNCIA	QUANTIDADE
ÚNICO	Posto de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	03
	Posto de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	03

Subcláusula Primeira – Por meio da assinatura deste Contrato, a empresa CONTRATADA declara que possui representante legal na cidade de Porto Velho/RO, local da sede da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, onde ficará a gestão do contrato.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 2, III, do Termo de Referência correspondente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Nas Tabelas 2 até 7 do Termo de Referência respectivo são apresentadas fundamentações, justificativas e memória de cálculo das rubricas das planilhas de custos, incluindo o Demonstrativo da Composição de Custo e Formação de Preços de Mão-de-Obra, que foram utilizados para estimar os custos desta Contratação.

Subcláusula Quarta – No Anexo I deste Contrato consta transcrita a proposta apresentada pela Contratada, incluindo as planilhas de composição de custos.

Subcláusula Quinta – No Anexo II deste Contrato consta o detalhamento do Acordo de Nível de Serviços (ANS) a serem observados nesta contratação.

Subcláusula Sexta – No Anexo III deste Contrato consta transcrito o Guia de Fiscalização (também inserido no Anexo VII do Termo de Referência respectivo).

Subcláusula Sétima – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DA DATA INICIAL E DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - Os postos de vigilância contratados deverão ser inicialmente ativados nos locais onde atualmente funcionam as unidades administrativas da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO e nas datas estabelecidas no cronograma abaixo:

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	TIPOS E QUANTIDADES DE POSTOS		DATA DA ATIVAÇÃO
	12h x 36	12h x 36 h	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	h (diurno)	(noturno)	
Sede própria do Tribunal Regional Eleitoral e Anexos II (Almoxarifado/Depósito de Urnas) – Av. Presidente Dutra 1889 – Bairro Areal – Porto Velho/RO	1	1	23/12/2019
Fórum Eleitoral de Porto Velho – Rua Jacy Paraná, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO	1	1	23/12/2019
Anexo III (Estacionamento/Seção de Transportes – Av. Rogério Weber, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO.	1	1	23/12/2019

Subcláusula Única - Os postos contratados poderão ser remanejados para outros endereços na cidade de Porto Velho que venham a pertencer à Justiça Eleitoral, a critério da necessidade da Administração, bastando para tanto uma comunicação escrita à empresa CONTRATADA, com antecedência mínima de 48 horas.

DAS NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Os profissionais contratados deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço ora contratado:

1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo supervisor;
2. Assumir diariamente o posto devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado (a), com unhas aparadas, com cabelos cortados ou presos, com aparência pessoal adequada;
3. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
4. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
6. Cumprir as normas internas do órgão;
7. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
8. Zelar pela preservação do patrimônio do CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
9. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
10. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do CONTRATANTE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
11. Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização de equipamentos colocados à sua disposição;
12. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
13. Receber/passar o serviço ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
14. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
15. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
16. Buscar orientação com o preposto, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
17. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
18. Levar ao conhecimento do preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
19. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
20. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados ao setor competente;
21. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
22. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do CONTRATANTE;
23. Tratar a todos com urbanidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da Fiscalização; e

25. Não participar, no âmbito do CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

Subcláusula Única - Constituem atribuições do serviço de vigilância armada, no que couber:

1. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas, permitindo o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
2. Executar a (s) ronda (s) diária (s) conforme a orientação recebida do CONTRATANTE, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
3. Controlar rigorosamente a entrada e a saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, conforme instruções do CONTRATANTE;
4. Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio, de acordo com orientações do CONTRATANTE;
5. Encaminhar à recepção, sempre que necessário, pessoas estranhas aos quadros do CONTRATANTE;
6. Prestar auxílio, sempre que necessário, ao pessoal da recepção;
7. Impedir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados, sem que estes estejam previamente autorizados pela Administração;
8. Impedir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto de Vigilância e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
9. Impedir a aglomeração de pessoas junto ao posto de vigilância, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à Coordenadoria de Serviços Gerais, no caso de desobediência;
10. Não permitir a utilização do Posto de Vigilância para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados e de terceiros;
11. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
12. Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos do CONTRATANTE;
13. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Operar máquinas de raios X e detectores de metais para triagem de volumes e pessoas nas recepções do CONTRATANTE;
15. Informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;
16. Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização;
17. Abrir e fechar as portas dos edifícios, no início e final do expediente, conforme orientação do CONTRATANTE;
18. Adotar todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, de acordo com as orientações e determinações previstas em leis e normas, treinamentos e manuais pertinentes;
19. Portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança do coldre permaneça sempre travado;
20. Utilizar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio do CONTRATANTE, após esgotados todos os meios para solução de eventual problema;
21. Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas;
22. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Polícia, da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração das instalações e outros de interesse;
23. Colaborar com a Polícia nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
24. Fazer o hasteamento e arriamento de Bandeiras, conforme orientação do CONTRATANTE.
25. Realizar outras atividades inerentes ao posto e de nível de complexidade compatível; e
26. Garantir a destinação adequada de baterias e pilhas usadas em equipamentos utilizados em serviço

DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA OS PROFISSIONAIS ALOCADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – Constituem qualificações mínimas exigidas para os profissionais contratados para o serviço de Vigilante, cujos os requisitos são disciplinados na Lei nº 7.102, de 20.06.83, no Decreto nº 89.056, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24.11.83 e na Portaria nº 3.233/2012 - DPF/MJ de 10.12.2012, e suas alterações, quais sejam:

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
2. Ter idade mínima de 21 anos;
3. Ter instrução mínima correspondente à quarta série do ensino fundamental;
4. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada;
5. Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
6. Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal de onde reside, bem como do local em que é realizado o curso de formação, reciclagem ou extensão: da Justiça Federal; da Justiça Estadual ou do Distrito Federal; da Justiça Militar Federal; da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal e da Justiça Eleitoral;
7. Estar quites com as obrigações eleitorais e militares;
8. Possuir registro do cadastro de pessoas físicas.

DOS UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades mínimas necessárias à perfeita execução dos serviços, conforme tabela abaixo:

Item	Peça	Quantidade Anual por empregado
1	Jaqueta ou japonsa	1
2	Calça	4
3	Camisa de mangas curtas	4
4	Cinto de Nylon	1
5	Fiel	1
6	Sapatos	2
7	Meias	4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8	Capa de Chuva com faixas fluorescentes	1
10	Crachá de identificação	1

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais indicados se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa desde o primeiro dia da execução do contrato.

Subcláusula Segunda - A quantidade de itens dos uniformes estimada refere-se ao previsto para o período de um ano, porém, deverá ser fornecida a metade a cada seis meses, exceto para eventual item com quantidade anual igual a 1 (um), que deverá ser fornecido no início da execução contratual e no início de cada período prorrogado, se houver.

Subcláusula Terceira - Os itens dos uniformes deverão de ser de boa qualidade e poderão obedecer ao padrão de cor e modelo da empresa contratada.

Subcláusula Quarta - Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

Subcláusula Quinta - Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização.

Subcláusula Sexta - O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

Subcláusula Sétima - A CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado quando da entrega de novos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - Para a prestação dos serviços são estimados os seguintes materiais/equipamentos:

Item	Peça	Quantidade Anual por posto
1	Revólver calibre 38	1
2	Colete Balístico	1
3	Coldre	1
4	Baleiro	1
5	Lanterna recarregável	1
6	Cassetete	1
7	Porta cassetete	1
8	Livro de ocorrência	1
9	Apito com cordão	1
10	Bastões de ronda e botoeiras	1
11	Munição calibre 38 – blister com 10 unidades	1

Subcláusula Nona - O quantitativo dos materiais/equipamentos é estimativo e compõem o mínimo necessários, cabendo à contratada considerar em sua proposta o fornecimento de outros que se fizerem necessários para a perfeita execução do serviço.

Subcláusula Décima - Os materiais e equipamentos constantes da tabela acima deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário.

Subcláusula Décima Primeira - As munições deverão ser originais do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por menor preço global.

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 23 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos definidos no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93 e no Anexo IX da IN 05/2017 SG/MPOG.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 1.785.099,60** (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil noventa e nove reais e sessenta centavos), conforme abaixo demonstrado e proposta da contratada:

Posto de Trabalho/Escala de Trabalho	Valor Mensal/Homem	Valor Mensal do Posto (com 2 homens)	Número de Postos	Valor Total Mensal
Vigilância diurna/12hX36h	R\$ 9.339,44	R\$ 18.678,88	3	R\$ 28.018,32
Vigilância noturna/12hX36h	R\$ 10.495,00	R\$ 20.990,00	3	R\$ 31.485,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 59.503,32



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR TOTAL PARA 12 MESES	R\$ 714.039,84
VALOR TOTAL PARA 30 MESES	R\$ 1.785.099,60

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro conforme proposta/ Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA (Anexo I deste instrumento).

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente com recursos do Orçamento Ordinário de 2019 deste Tribunal, e posteriormente com o Orçamento Anual dos anos seguintes, no Programa De Trabalho: 02122057020GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.37-03, conforme Nota de Empenho n. 2019NE000950, de 09/12/2019, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Manutenção da Infraestrutura Física
PLANO INTERNO:	AIEF VIGOST

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 89.254,98** (oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Contrato, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal da contratada e sujeito à critério e deliberação do órgão CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Subcláusula Quarta - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo estipulado na **Subcláusula Segunda** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Sexta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Oitava – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.

Subcláusula Nona – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Subcláusula Décima– A garantia será considerada extinta:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
2. Com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 3 meses estabelecido no caput, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Décima Segunda – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, obrigando-se a contratada a, com a assinatura do contrato, autorizar a retenção da garantia pelo CONTRATANTE.

DA ABERTURA DE CONTA VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Resolução CNJ 169/2013)

CLÁUSULA DÉCIMA – De acordo com a Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013, atualizada pela Resolução CNJ 183, de 24/10/2014, e, no que couber, a IN 05/2017 do MPOG e considerando, ainda a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, fica estabelecido que:

I – O TRE-RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional) 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

II – Os depósitos serão realizados pelo TRE-RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal em Porto Velho/RO ou no Banco do Brasil S/A, em agência a ser definida, neste município, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE-RO.

III – Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas em legislação própria.

IV - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abono de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13ª salário, conforme exemplificado na tabela a seguir:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
RUBRICAS	%
13º SALÁRIO	8,33%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO (*)	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de risco da empresa contrata (RAT X SAT)
TOTAL	Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada

(*). Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.

V - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

VI – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-RO e a empresa CONTRATADA será sucedida dos seguintes atos:

a) O TRE-RO fará a solicitação de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação- no nome da empresa contratada; e

b) Assinatura, pela empresa CONTRATADA, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do TRE-RO, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao TRE-RO ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-RO.

VII – Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro escolhido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE-RO e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

VIII – Os valores referentes às rubricas mencionadas no inciso IV serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação dos serviços ocorra nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora/produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

IX – A empresa CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRE-RO para:

1. Resgatar da contra-depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.
2. Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação-, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso IV.

X – Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, letra “a”, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do TRE-RO os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso IV.

XI – O TRE-RO, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

XII – Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração/custo indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (décimo) dia útil, contados a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Gestor do Contrato, caso não haja nenhuma pendência a ser sanada pela CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – São regras aplicáveis aos pagamentos:

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II – No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em a situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

III – Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços e manifestação do gestor de contratos do TRE-RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

IV - A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação e, ainda:

a) pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

b) do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários OPTANTES, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a vigente Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;

c) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do contratante.

V - O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços;

VI - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

VII - Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação será retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal.

VIII - O pagamento, quando houver repactuação ou revisão, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

Subcláusula Segunda - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365 \ 365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365 \ 365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Terceira – A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização administrativa desta contratação serão realizadas pelo titular da Seção de Administração Predial – SEAP, com o auxílio dos servidores lotados na referida Seção.

Subcláusula Primeira – A fiscalização técnica da execução do objeto será assim exercida conforme a seguir:

I - Posto de vigilância do Prédio Sede – pelo titular da Seção de Administração Predial - SEAP do TRE-RO;

II - Posto de vigilância do Fórum Eleitoral – pelo chefe de cartório responsável pela Administração do Fórum Eleitoral de Porto Velho; e

III - Posto de vigilância da Seção de Transportes/Estacionamento – pelo titular da Seção de Transportes – SET do TRE-RO.

Subcláusula Segunda - Nos afastamentos do titular, a gestão e a fiscalização da execução deste objeto serão exercidas por seu respectivo substituto.

Subcláusula Terceira – A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – A fiscalização do Contrato obedecerá, no que não for incompatível, ao Guia de Fiscalização (Anexo VIII-B da IN 05), reproduzida no Anexo VII do Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – São obrigações do CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, as seguintes:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Contrato;

II - Autorizar a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;

III – Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

V – Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

VI – Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;

VII - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VIII - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;

IX - Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

X - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

XI - Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

XII - Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

XIII – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

XIV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas.

XV - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, conforme legislação vigente;

XVI - Avaliar a CONTRATADA por critérios objetivos, sempre que necessário. As avaliações serão encaminhadas à CONTRATADA para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços;

XVII – Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, podendo tal fiscalização ser por amostragem;

XVIII – Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e no Contrato, obriga-se a CONTRATADA a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida em Termo de Contrato como a data de início da execução;

II - Nomear preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato durante sua vigência, cujo instrumento de nomeação deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;

III - Oferecer GARANTIA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do objeto deste contrato, nos termos do art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

IV - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

V - Manter no Posto um Livro de Registro de Ocorrências, o qual deverá ser atualizado diariamente;

VI - Apresentar ao CONTRATANTE, até último dia útil de cada mês, a escala de serviço do mês subsequente, devendo dela constar nominalmente os vigilantes escalados;

VII - Informar previamente, antes do início do turno, qualquer alteração na escala de serviço, a qual deverá ser registrada no Livro de Ocorrências; alteração que não puder ser previamente informada deverá ser feita no prazo máximo de 04 horas;

VIII - Relatar ao CONTRATANTE e registrar no Livro de Ocorrências toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

IX - Inspeccionar, diariamente, em horários alternados, através de supervisores, os postos de serviço;

X - Manter-se, durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação que ensejou a contratação, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, INSS e à Fazenda Pública sempre que solicitados, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI - Repor, garantida ampla defesa e contraditório, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após notificação da decisão, o bem patrimonial desaparecido ou objeto de furto, ocorrido fora do expediente administrativo;

XII - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE;

XIII - Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal do contrato, todas as determinações do contratante, especialmente quando tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento.

XIV - Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;

XV - Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, não interrompendo a execução dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

XVI - Substituir imediatamente, após notificação, mão-de-obra que apresente comportamento considerado pelo CONTRATANTE como inadequado, para a prestação dos serviços, não sendo, por esta razão, permitida qualquer interrupção em sua execução;

XVII - Proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

XVIII - Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

XIX - Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado do Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XX - Apresentar Porte de Arma e atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra disponibilizado para atuar nas instalações do CONTRATANTE;

XXI - Apresentar ao CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registros de Arma” que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos;

XXII - Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

XXIII - Fornecer uniformes e seus complemento à mão de obra envolvida, bem como os equipamentos e munições, não devendo repassar os custos destes à mão de obra envolvida, nos termos do item 3.7.1 e 3.7.9 do Termo de Referência.

XXIV - Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

XXV - Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

XXVI - Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do Contratante, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;

XXVII - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;

XXVIII - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

XXIX - Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

XXX - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXXI - Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

XXXII - Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do CONTRATANTE;

XXXIII - Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

XXXIV - Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a gestão/fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

XXXV - Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

XXXVI - Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

XXXVII - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

XXXVIII - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

XXXIX - Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;

XL - Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

XLI - Encaminhar ao gestor do contrato, o planejamento de férias de toda a mão de obra alocada ao contrato e encaminhar, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação dos empregados que de fato usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.

XLII - Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XLIII - Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, que possui sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;

XLIV - Providenciar para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

XLV - Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

XLVI - Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

XLVII - Pagar, dentro do prazo previsto na legislação, os salários e demais verbas trabalhistas, o vale transporte, o auxílio alimentação, recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias de todas os empregados vinculados ao contrato, vez que os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo que o não cumprimento do disposto será caracterizado como falta grave e compreendido como falha na execução do contrato, o que poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e de declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002.

XLVIII - Autorizar o CONTRATANTE a fazer a retenção cautelar do valor mensal da fatura quando for constatado atraso no pagamento das obrigações trabalhistas, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

XLIX - Autorizar o CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores vinculados ao contrato, bem como das respectivas contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo das sanções cabíveis, observando que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Para viabilizar o pagamento direto pelo CONTRATANTE, a contratada deverá enviar ao órgão toda a documentação necessária, tais como folha de pagamento, dados pessoais e bancários dos funcionários, guias de recolhimento de FGTS e INSS; e

b) Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

L - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

LI - Comprovar, quando da rescisão contratual de trabalho, o pagamento das verbas rescisórias, bem como o cumprimento de obrigações decorrentes da demissão.

LII - Comprovar em que situação se encontram os empregados que foram desvinculados do contrato de prestação de serviços, mas não foram demitidos pela empresa contratada.

LIII - Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do CONTRATANTE, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de sanções.

LIV - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

LV - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

LVI - Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, observando que:

1. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da contratante, nem pode onerar o objeto deste contrato.

LVII - Garantir que seus empregados sigam as normas de sustentabilidade emitidas pela TRE-RO, principalmente nos cuidados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com reciclagem, separação de resíduos e economia de água/energia por meio de treinamento e acompanhamento contínuo;

LVIII - Fornecer toda a documentação relativa à execução do contrato em meio digital, justificando eventual impossibilidade de fazê-lo.

LIX - Atender às normas técnicas do Ministério do Trabalho e Emprego sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço;

LX - Comunicar ao CONTRATANTE, formalmente e por escrito, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, contados da data limite da vigência deste Contrato, o desejo de não o prorrogar;

LXI - Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

LXII - Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato.

Subcláusula Única - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I - A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

II - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato; e

III - Apresentar, para ocupar postos de trabalhos, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas neste contrato, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

- a)** Primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero virgula três por cento) sobre o valor do contrato;
- b)** Segunda interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,6% (zero vírgula seis por cento) sobre o valor do contrato;
- c)** Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,9% (zero vírgula nove por cento) sobre o valor do contrato; e
- d)** Interrupção superior a 6 (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato.

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- a)** Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- b)** Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- c)** Terceiro descumprimento injustificado será considerada inexecução da obrigação, caracterizando-se inexecução parcial do contrato.

Subcláusula Primeira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, nos termos do artigo 87 da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

Subcláusula Segunda - O CONTRATANTE poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso da CONTRATADA e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao CONTRATANTE;
- b) A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - O CONTRATANTE declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

Subcláusula Quarta - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Quinta - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Sexta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste contrato, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Oitava - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicada à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Nona - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Décima Primeira - Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste TRE-RO, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Décima Segunda - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Terceira - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quarta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Quinta - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Sexta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “**Das Sanções Administrativas**” deste instrumento, e, especialmente, em razão das seguintes ocorrências:

- I** – Não apresentar garantia nas condições previstas na CLÁUSULA NONA deste contrato;
- II** – Não iniciar a prestação dos serviços no prazo estipulado;
- III** – Não apresentar, quando exigido, seu representante para o contrato (supervisor administrativo ou preposto);
- IV** – Não assinar o termo específico da instituição financeira oficial que permita ao CONTRATANTE o acesso aos saldos e extratos e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V – Não apresentar, nos prazos determinados por este contrato, as comprovações das quitações trabalhistas salariais, previdenciários, sociais e fiscais exigidas pela legislação;

VI – Deixar de comprovar a realização de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

VII – Realizar na vigência do contrato a contratação de empregados ou admitir em seu quadro societário, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o Terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005).

Subcláusula Primeira – A rescisão deste contrato poderá dar-se:

I – Por ato unilateral e escrito da Administração Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a Termo, desde que haja conveniência para a Administração Contratante;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – A rescisão contratual de que trata o inciso da Subcláusula anterior acarretará as consequências previstas no Art. 80, inciso I a IV, da Lei n. 8.666/93.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A CONTRATADA obriga-se a aceitar a alteração deste Contrato, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas, conforme abaixo:

I - Decididas unilateralmente pela Administração:

1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;

II - Por acordo das partes:

1. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos estabelecidos no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e neste Contrato;
2. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento da obra;
3. Para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA obriga-se, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA REPACTUAÇÃO

(Decreto Federal 9.507/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de março/2019, data-base da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 do SIND. DOS TRAB. EM VIG. TRANSPORTE VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Dessa forma, nos termos do Art. 53 e seguintes da IN 05/2017 e do Acórdão TCU



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1563/04 – Plenário, a contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, março de 2020, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Subcláusula Primeira - As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

Subcláusula Segunda - Quando da solicitação da repactuação, poderá ser solicitado reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, que serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, sendo que:

- a) O primeiro reajuste abrangerá o índice do período compreendido entre o mês da apresentação da proposta e mês anterior a que se refere a repactuação solicitada; e
- b) Os subsequentes obedecerão à regra da anualidade, que será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

Subcláusula Terceira - A repactuação em prazo inferior a um ano de qualquer dos componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços somente poderá ser efetuada mediante demonstração analítica dessa variação devidamente comprovada, conforme preceitua o Art. 12 do Decreto 9.507/2018. (item 9.1.6 do Acórdão TCU 1.563/04).

Subcláusula Quarta - A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, IV, VI e X, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis nº. 8.666/1993 e nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 10.024/2019, nº. 3555/2000 e Decreto nº 9.507/2018, a Resolução TSE nº. 23.234/2010, a Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº. 05/2017, a Resolução CNJ nº. 169/2013; a Convenção Coletiva de Trabalho Sind. Trab. Seg. Vig. Transportes Valores Cursos Formação de Vig. Est. Rondônia e Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia 2019/2020 e, de forma subsidiária, as Leis nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nº. 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO nº. 004/08.

Subcláusula Primeira – Não se aplicam ao objeto do presente contrato o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Subcláusula Segunda – No Termo de Referência vinculado ao presente Contrato constam os seguintes anexos a serem observados pela Contratada, entre outros:

I – Estudos Preliminares;

II – Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Caderno Técnico - Estudo Sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância Unidade da Federação Rondônia;

IV – Modelo de Proposta – Anexo VII-C da IN 05/2017;

V – Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços – Anexo VII-D da IN 05/2017;

VI – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;

VII – Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa – Anexo VIII-B da IN 05/2017;

VIII – Instrução Normativa n. 05, de 25/05/2017;

IX – Resolução TSE n. 23.234/2010;

X – Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013; e

XI – Convenção Coletiva da Categoria (Vigilantes) vigente, relativa ao período de 01/03/2019 a 28/02/2020.

DO FORO

(Artigo 55, § 1º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 10 de dezembro de 2019.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I – CONTRATO TRE-RO 10/2019**PROPOSTA DA EMPRESA RG SEGURANCA E VIGILANCIA
LTDA (PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E
FORMAÇÃO DE PREÇOS) - (ANEXO VII-D IN 05/2017)**

VIGILANTE DIURNO	
Mão de obra vinculada à execução contratual	
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra	
A	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
B	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
1	Composição da Remuneração
A	Salário-Base
B	Adicional de Periculosidade
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS	
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de férias
A	13º (décimo terceiro) Salário
B	Adicional de Férias
	TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições
A	INSS
B	Salário Educação
C	SAT (Seguro Acidente do Trabalho – varia entre 1% e 3%)
D	SESC ou SESI
E	SENAI – SENAC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

F	SEBRAE
G	INCRA
H	FGTS
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2	
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários	
2.3	Benefícios Mensais e Diários
A	Transporte
B	Auxílio-Refeição/Alimentação etc.)
C	Assistência Médica e Familiar
D	Outros (Cesta Básica) Cláusula 17º CCT
E	Seguro de vida
F	SESMT
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, me	
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições
2.3	Benefícios Mensais e Diários
TOTAL MÓDULO 2	
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO	
3	Provisão para Rescisão
A	Aviso Prévio Indenizado $[(20,19\%)*1/12*100]$
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado $[(8,00\% \times 1,68\%) \times 100]$
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado
D	Aviso Prévio Trabalhado
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado
TOTAL MÓDULO 3	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais	
4.1	Ausências Legais
A	Substituto na cobertura de Férias
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais $[8/30/12*100]$
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho $[15/30/12*0,86%*100]$
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade $[6/12] \times 36,80\% \times 62,20\% \times 81,20\% \times [(1,86/31)/100]$
F	Incidência do Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outras contribuições
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada		
4.2	Intrajornada	
A	Indenização do intervalo intrajornada	
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2		
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
TOTAL MÓDULO 4		
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	
A	Uniformes/EPI's	
B	Materiais/Equipamentos	
	TOTAL MÓDULO 5	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)
A	Custos Indiretos	8,59%
B	Lucro	3,98%
C	Tributos	8,65%
	C.1 - Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	3,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	C.2 - Tributos Estaduais	0,00%
	TPDP	0,00%
	ICMS	0,00%
	C.3 - Tributos Municipais	5,00%
	ISS	5,00%
	TOTAL	21,22%
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	
	Subtotal (A+B+C+D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
	Valor Total por Empregado	
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DO POS		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de Serviço (A)	Valor por Empregado (B)	Qtde de Empreg
Posto 12 horas diurnas	R\$4.669,72	

VIGILANTE NOTURNO			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra			
A	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Vigilância Armada
B	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/03/2019
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			12X36 NOTURNO
1	Composição da Remuneração		%
A	Salário-Base		100,00
B	Adicional Noturno [A/220*25%*8*15] Cláusula 31º CCT 2019		25,00
C	Adicional de Periculosidade		30,00
D	DSR s/ adicional noturno		35,45
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			1.927,78
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias		%
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,33%
B	Férias e Adicional de Férias		2,78%
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			11,11%
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outra contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições		%
A	INSS		20,00
B	Salário Educação		2,50
C	SAT (Seguro Acidente do Trabalho – varia entre 1% e 3%)		3,00
D	SESC ou SESI		1,50
E	SENAI – SENAC		1,00
F	SEBRAE		0,60
G	INCRA		0,20
H	FGTS		8,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2			36,80
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		R\$ 3,80
B	Auxílio-Refeição/Alimentação etc.)		R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		28,00	
C	Assistência Médica e Familiar		10,68
D	Outros (Cesta Básica) Cláusula 17º CCT		15,98
E	Seguro de vida		15,14
F	SESMT		27,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			560,25
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diário			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de férias		214,18
2.2	GPS, FGTS e outra contribuições		788,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários		560,25
TOTAL MÓDULO 2			1.562,67
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado $[(20,19\%)*1/12*100]$	0,42	8,10
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado $[(8,00\% \times 1,68\%) \times 100]$	0,03	0,66
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35	83,86
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94	37,40
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,72	13,78
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,357	6,88
TOTAL MÓDULO 3		7,82	150,68
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,330	160,58
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais $[8/30/12*100]$	1,67	32,19
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02	0,39
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho $[15/30/12*0,86\%*100]$	0,126	2,43
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade $[6/12) \times 36,80\% \times 62,20\% \times 81,20\% \times [(1,86/31)/12]] \times 100]$	0,049	0,94
F	Incidência do Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	3,752	72,33
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		10,20	268,86
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada			
4.2	Intra jornada		Valor (R\$)
A	Indenização do intervalo intra jornada	0,00	178,33

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2			0,00	178,33
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais			268,86
4.2	Substituto na Intrajornada			178,33
TOTAL MÓDULO 4			447,20	
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos			Valor (R\$)
A	Uniformes/EPI's			59,92
B	Materiais/Equipamentos			97,39
	TOTAL MÓDULO 5			157,30
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)		Valor
A	Custos Indiretos	8,59%		364,70
B	Lucro	3,98%		183,27
C	Tributos	8,65%		453,91
	C.1 - Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	3,65%		191,53
	PIS	0,65%		27,60
	COFINS	3,00%		157,43
	C.2 - Tributos Estaduais	0,00%		0,00
	TPDP	0,00%		0,00
	ICMS	0,00%		0,00
	C.3 - Tributos Municipais	5,00%		262,38
	ISS	5,00%		262,38
	TOTAL	0,21		1.001,88
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor Unitário (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			1.927,78
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.562,67
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			150,68
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			447,20
E	Módulo 5 – Insumos Diversos			157,30
Subtotal (A+B+C+D+E)			4.245,62	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro			1.001,88
Valor Total por Empregado			5.247,50	
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DO POSTO				
Tipo de Serviço (A)		Valor por Empregado (B)	Qtde de Empregados p/ posto (C)	Valor por Posto

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Posto 12 horas noturnas	R\$5.247,50	2	R\$10.495,00
-------------------------	-------------	---	--------------

CONSOLIDAÇÃO DO VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA					
ITEM	TIPO DO POSTO		Qtde	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR MENSAL
1	Posto Diurno armado	Das 07 às 19hs, de segunda a domingo inclusive feriados, em escala 12x36.	3	R\$ 9.339,44	R\$ 28.018,32
2	Posto Noturno Armado	Das 19 às 07hs, de segunda a domingo, inclusive feriados, em escala 12x36.	3	R\$ 10.495,00	R\$ 31.485,00
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 59.503,32
VALOR GLOBAL P/ 12 MESES					R\$714.039,84
VALOR GLOBAL P/ 30 MESES					R\$1.785.099,60

ANEXO II – CONTRATO TRE-RO 10/2019
DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

1. Definição: Definição: Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de pagamento.

2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, considerando a execução do objeto bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada.

3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.

4. Apuração: a apuração será feita mensalmente, tanto por meio de registros de ocorrências quanto por conferência de documentos relacionados à questões trabalhistas. Ao final de cada período de apuração, o fiscal do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato informará à Contratada as ocorrências, recomendando, se for o caso, adoção de medidas saneadoras.

5. Sanções: Desconto, no valor mensal da fatura, de acordo com o índice de desempenho atingindo.

6. Infrações: situações a cuja ocorrência é atribuída um Grau para apuração do Índice de Desempenho.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

INDICADOR DE QUALIDADE

GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDADA E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Instrumento de medição	<p>Cálculo do Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 – INSUFICIENTE – Acima de:</p> <ul style="list-style-type: none">- 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU- 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU- 08 (oito) ocorrências de Grau 01 no mês <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU- 03 (três) e 06 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) e 08 (oito) ocorrências Grau 01 no mês <p>3 – BOM – Até:</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.
Forma de acompanhamento	<p>Registro das Ocorrências e constatações de descumprimentos contratuais</p> <p>Grau de medição:</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau 03 – grave- Grau 02 – média- Grau 01 - leve

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho.</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96</p> <p>O valor mensal a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal do contrato pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão</p> <p>Limites: $0,96 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$</p>
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão
Sanções	Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondentes a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.
OBSERVAÇÕES	
<ul style="list-style-type: none">- As ocorrências verificadas, passíveis de solução, serão notificadas à contratada, com prazo estipulado para solução das falhas, quando for o caso;- As ocorrências poderão ser verificadas e constatadas quando da análise da documentação apresentada como anexo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços (folha de ponto, contra-cheques, comprovantes de pagamento de salários, etc).- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.	

TABELA DE INFRAÇÕES:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	Infração	GRAU	Incidência
01	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
02	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, salvo em casos excepcionais, autorizado pela CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
03	Permitir a presença de funcionário que não tenha sido previamente apresentado à CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
04	Manter empregado sem qualificação exigida para executar os serviços contratados.	1	Por empregado e por dia
05	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material/equipamento licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado ou determinação formal.	2	Por ocorrência
08	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3	Por ocorrência
09	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
10	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	2	Por ocorrência
11	Permitir situações que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão	3	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	corporal ou consequência letais		
12	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal do contrato.	1	Por item e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	2	Por empregado e por dia
14	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Entregar conjunto completo de uniforme aos empregados ou materiais/equipamentos nos prazos definidos em contrato ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega	1	Por empregado e por dia de atraso
17	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
19	Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	2	Por ocorrência
20	Substituir empregados faltosos até o limite de 1 (uma) hora após o início do	1	Por ocorrência e por empregado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	expediente definido		
21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais.	3	Por mês de ocorrência do não pagamento de qualquer obrigação
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação de serviços.	2	Por ocorrência e por dia
23	Entregar, ou entregar com atraso, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos ou quaisquer esclarecimentos indispensáveis à fiscalização do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
24	Apresentar as notas fiscais mensais, dentro do prazo definido em contrato, sem justificativa aceita pelo gestor do contrato.	1	Por ocorrência
25	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	3	Por ocorrência apontada
26	Cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência

A) Como a contratação objeto do Termo de Referência é de serviços continuados de que não requer emissão de Ordem de Serviços para a execução das atividades, este Acordo de Nível de Serviços não refletirá necessariamente a qualidade da **execução do objeto do contrato**, mas demonstrará o desempenho da Contratada no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais.

ANEXO III – CONTRATO TRE-RO 10/2019

GUIA DE FISCALIZAÇÃO - (ANEXO VIII-B DA IN 05/2017)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. A fiscalização administrativa, realizada nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

2. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

2.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

2.2. No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (Fates);

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias;
e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

2.3. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

3. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados na **alínea “a” do subitem 2.1 acima** deverão ser apresentados.

4. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados nos **subitens 2.1, 2.2 e 2.3 acima** poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

5. A Administração deverá analisar a documentação solicitada na **alínea “d”**

do subitem 2.1 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

8. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.1. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

10. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa deverá observar, ainda, as seguintes diretrizes:

10.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.

b) A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

e) Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

f) Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

10.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicafe.

d) Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. Fiscalização diária

a) Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.

c) Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

10.4. Fiscalização procedimental

a) Observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

b) Certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.

c) Certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

10.5. Fiscalização por amostragem

a) A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

b) A Administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, os quais devem ser entregues à Administração.

c) O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle.

d) A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:

d.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

d.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

d.3. cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 10/12/2019, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 11/12/2019, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 11/12/2019, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 12/12/2019, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0486187** e o código CRC **3A13DD37**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0486187v10

Criado por 006007062364, versão 10 por 006007062364 em 10/12/2019 15:49:24.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 120 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto Federal nº 5.450/05 e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei nº 8.666/93, elaborou-se o presente Termo de Referência para contratação de serviços comuns de Vigilância armada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, doravante chamada apenas de IN 05/2017 - e suas alterações - naquilo que não contrarie o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

Tem por finalidade definir as diretrizes orientadoras gerais para possibilitar aos interessados a definição do preço para apresentação de proposta em certame licitatório que objetiva a contratação imediata de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados de Vigilância armada, conforme discriminado na Tabela 1, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2. JUSTIFICATIVA

I – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de forma terceirizada e continuada de serviços de vigilância armada e ostensiva para o TRE-RO se faz necessária como forma de resguardar a integridade física de seus magistrados, servidores, demais colaboradores e visitantes, bem como para resguardar e preservar diuturnamente seu acervo patrimonial. Ademais, o atual contrato, embora esteja sendo realizado a contento, se encerrará em 22/12/2019, ocasião em que completará 60 meses de execução (contratação inicial para 12 meses, com 4 prorrogações), não sendo mais possível sua regular prorrogação (Processo SEI n. 0002457-21.2015.6.22.8000).

Assim estabelece o art. 2º, da Resolução 23.234/2010-TSE:

“ Art. ° Para efeitos desta Resolução considera-se:

II – SERVIÇO DE EXECUÇÃO INDIRETA OU TERCEIRIZADO – serviço executado por terceiros contratados, consistentes em atividades acessórias,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumentais ou complementares àquelas essenciais ou finalísticas do Tribunal.

(...)

III – SERVIÇO CONTINUADO – aquele cuja interrupção possa comprometer as atividades do Tribunal e cuja continuidade deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

(...)

Art. 4º As atividades de limpeza, conservação, higienização, segurança, vigilância, transporte, apoio administrativo, informática, copeiragem, recepção, operação de elevadores, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta. ”

Por fim, cabe ressaltar que o TRE-RO não possui em seu quadro de pessoal o cargo apontado no presente Termo de Referência (Vigilante).

II – HARMONIZAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-RO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas aos serviços de vigilância armada, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, o objeto deste Termo de Referência consta no Plano Anual das Contratações para 2019 (SEI 0002802-79.2018.6.22.8000, evento 0359508).

Além disso, a contratação buscada vem ao encontro do Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária, relacionada ao indicador estratégico associado à adequação das instalações físicas, como também, de forma indireta, ao Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, ambos estabelecidas no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 deste Tribunal.

III – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 07.07.2017.

No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e do órgão fiscalizador de cada produto/serviço, o que requer grande fonte de pesquisa.

Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, exigiu-se da futura contratada, **como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – NATUREZA DOS SERVIÇOS: CONTÍNUOS – pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Art. 15 da IN 05/2017).

V – FORMA DE CONTRATAÇÃO/ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS – Os serviços serão contratados por meio de regular processo licitatório; por serem definidos como COMUNS podem ser contratados através de Pregão, preferencialmente Eletrônico (Art. 4º, Decreto 5.450/05).

VI - UNIDADE DE MEDIDA - Para as contratações aqui propostas serão utilizados Postos de Serviços, por se tratar de serviços de vigilância, nos moldes previstos no Anexo VI-A da IN 05/2017.

VII – TRATAMENTO DE RISCO – Será adotado o critério da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, com base na Resolução CNJ 169/2013.

VIII – ORDEM DE SERVIÇO – DESNECESSIDADE

A resolução TSE 23.234/2010 define Ordem de Serviço como o documento utilizado pela Administração para a solicitação, o acompanhamento e o controle de tarefas relativas à execução dos contratos. Já a IN 05/2017, em seu Anexo I, define Ordem de Serviço como o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, especialmente os de tecnologia de informação, que deverá estabelecer quantidades estimativas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dessa forma, entende-se como **PREJUDICADA** a adoção de Ordem de Serviço com esses contornos para o controle das tarefas relativas à execução dos contratos de prestação dos serviços aqui definidos. O próprio contrato, com a indicação da data de início da execução, será o instrumento autorizativo para o início da execução. Como tais serviços possuem natureza contínua e serão prestados de forma unitária e ininterrupta, o contrato, com seus anexos, já contempla:

- a) A definição e especificação dos serviços a serem realizados;
- b) Custos da prestação do serviço, com a respectiva metodologia utilizada para a quantificação do valor;
- c) A avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador;
- d) A identificação dos responsáveis pela avaliação da qualidade e pelo ateste dos serviços realizados, os quais não terão nenhum vínculo com a empresa contratada.

IX – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- I** – Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação da qualidade demandada;
- II** - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III** - A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, quando for o caso;
- IV** - A adequação dos serviços prestados à possível rotina de execução estabelecida;
- V** - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - A satisfação do público usuário.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E QUANTIDADES

3.1 – OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada - ostensiva, preventiva, diurna e noturna, para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis, fiscalização, execução de atividades internas e externas, triagem, controle do acesso de pessoas, veículos e bens materiais, operação de mecanismo de segurança, realização de rondas nas áreas externas e adjacentes e outras que lhe são afetas e que sejam necessárias para o alcance dos objetivos, concernente em 03 postos de serviço 12 x 36h diurno e 03 postos de serviços 12 x 36h noturno, conforme discriminado na tabela abaixo:

ITEM	TIPO DE POSTO DE VIGILÂNCIA	QUANTIDADE
ÚNICO	Posto de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	03
	Posto de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	03

3.2 – CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO/ATIVAÇÃO DOS POSTOS/LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os postos de vigilância contratados deverão ser inicialmente ativados nos locais onde atualmente funcionam as unidades administrativas da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO e nas datas estabelecidas no cronograma abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	TIPOS E QUANTIDADES DE POSTOS		DATA DA ATIVAÇÃO
	12h x 36 h (diurno)	12h x 36 h (noturno)	
Sede própria do Tribunal Regional Eleitoral e Anexos II (Almoxarifado/Depósito de Urnas) – Av. Presidente Dutra 1889 – Bairro Areal – Porto Velho/RO	1	1	23/12/2019
Fórum Eleitoral de Porto Velho – Rua Jacy Paraná, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO	1	1	23/12/2019
Anexo III (Estacionamento/Seção de Transportes – Av. Rogério Weber, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO.	1	1	23/12/2019

Os postos contratados poderão ser remanejados para outros endereços na cidade de Porto Velho que venham a pertencer à Justiça Eleitoral, à critério da necessidade da Administração, bastando para tanto uma comunicação escrita à empresa contratada, com antecedência mínima de 48 horas.

3.3 – JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS EM ITEM ÚNICO

A contratação de postos de vigilância patrimonial deverá ser licitada de modo agrupado, em apenas um item, pelos seguintes motivos:

- possuem natureza idêntica;
- trará competitividade potencial ao certame, na medida que torna a competição mais atrativa, pelo número de postos de trabalho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- trará racionalidade da gestão, pela possibilidade de redução do número de empresas contratadas.

Nesse sentido, verifica-se que o agrupamento encontra-se de acordo com as diretrizes definida pelo Acórdão TCU n. 861/2013 – Plenário, qual seja: *“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”*. E mais: *“O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”*

Por fim, o agrupamento assegura, concomitantemente:

1. Ser técnica e economicamente viável;
2. Que não haverá perda de escala
3. Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade

3.4 – PRAZO DA CONTRATAÇÃO/INÍCIO DA VIGÊNCIA

O prazo da contratação será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, com início estimado para 23/12/2019.

3.5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

3.5.1 – DAS NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.5.1.1 - Os profissionais indicados pela contratada deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço contratado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo supervisor;
 2. Assumir diariamente o posto devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado (a), com unhas aparadas, com cabelos cortados ou presos, com aparência pessoal adequada;
 3. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
 4. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
 5. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
 6. Cumprir as normas internas do órgão;
 7. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
 8. Zelar pela preservação do patrimônio da Contratante sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
 9. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
 10. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
 11. Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização de equipamentos colocados à sua disposição;
- Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
 - Receber/passar o serviço ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
 - Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
 - Manter atualizada a documentação utilizada no posto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Buscar orientação com o preposto, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
13. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
14. Levar ao conhecimento do preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
15. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
16. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da Contratante, providenciando para que sejam encaminhados ao setor competente;
17. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
18. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da Contratante;
19. Tratar a todos com urbanidade;
20. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da Fiscalização;
21. Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

3.5.1.2 – Constituem atribuições do serviço de vigilância armada, no que couber:

1. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas, permitindo o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Executar a (s) ronda (s) diária (s) conforme a orientação recebida da Contratante, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
3. Controlar rigorosamente a entrada e a saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, conforme instruções da Contratante;
4. Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio, de acordo com orientações da contratante;
5. Encaminhar à recepção, sempre que necessário, pessoas estranhas aos quadros da Contratante;
6. Prestar auxílio, sempre que necessário, ao pessoal da recepção;
7. Impedir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados, sem que estes estejam previamente autorizados pela Administração;
8. Impedir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto de Vigilância e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
9. Impedir a aglomeração de pessoas junto ao posto de vigilância, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à Coordenadoria de Serviços Gerais, no caso de desobediência;
10. Não permitir a utilização do Posto de Vigilância para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados e de terceiros;
11. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
 - Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos da Contratante;
12. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Operar máquinas de raios X e detectores de metais para triagem de volumes e pessoas nas recepções da Contratante;
 - Informar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;
13. Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização;
 14. Abrir e fechar as portas dos edifícios, no início e final do expediente, conforme orientação da Contratante;
 15. Adotar todos os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio de armamento, de acordo com as orientações e determinações previstas em leis e normas, treinamentos e manuais pertinentes;
 16. Portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança do coldre permaneça sempre travado;
 17. Utilizar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Contratante, após esgotados todos os meios para solução de eventual problema;
 18. Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregar a outras pessoas, mesmo que qualificadas;
 19. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Polícia, da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração das instalações e outros de interesse;
 20. Colaborar com a Polícia nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 21. Fazer o hasteamento e arriamento de Bandeiras, conforme orientação da Contratante.
 22. Realizar outras atividades inerentes ao posto e de nível de complexidade compatível;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Garantir a destinação adequada de baterias e pilhas usadas em equipamentos utilizados em serviço

3.6 - DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA OS PROFISSIONAIS ALOCADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.6.1. Vigilante: requisitos exigidos conforme estabelecem a Lei nº 7.102, de 20.06.83, o Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e a Portaria nº 3.233/2012 - DPF/MJ de 10.12.2012, e suas alterações, quais sejam:

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
2. Ter idade mínima de 21 anos;
3. Ter instrução mínima correspondente à quarta série do ensino fundamental;
4. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada;
5. Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
6. Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal de onde reside, bem como do local em que é realizado o curso de formação, reciclagem ou extensão: da Justiça Federal; da Justiça Estadual ou do Distrito Federal; da Justiça Militar Federal; da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal e da Justiça Eleitoral;
7. Estar quites com as obrigações eleitorais e militares;
8. Possuir registro do cadastro de pessoas físicas.

3.7 - DOS UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

3.7.1. A contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades mínimas necessárias à perfeita execução dos serviços, conforme tabela abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Peça	Quantidade Anual por empregado
1	Jaqueta ou japonsa	1
2	Calça	4
3	Camisa de mangas curtas	4
4	Cinto de Nylon	1
5	Fiel	1
6	Sapatos	2
7	Meias	4
8	Capa de Chuva com faixas fluorescentes	1
10	Crachá de identificação	1

3.7.2. A contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa desde o primeiro dia da execução do contrato.

3.7.3. A quantidade de itens dos uniformes estimada refere-se ao previsto para o período de um ano, porém, deverá ser fornecida a metade a cada seis meses, exceto para eventual item com quantidade anual igual a 1 (um), que deverá ser fornecido no início da execução contratual e no início de cada período prorrogado, se houver.

3.7.4. Os itens dos uniformes deverão de ser de boa qualidade e poderão obedecer ao padrão de cor e modelo da empresa contratada.

3.7.5. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.7.6. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização.

3.7.7. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

3.7.8. A contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado quando da entrega de novos.

3.7.9. Para a prestação dos serviços são estimados os seguintes materiais/equipamentos:

Item	Peça	Quantidade Anual por posto
1	Revólver calibre 38	1
2	Colete Balístico	1
3	Coldre	1
4	Baleiro	1
5	Lanterna recarregável	1
6	Cassetete	1
7	Porta cassetete	1
8	Livro de ocorrência	1
9	Apito com cordão	1
10	Bastões de ronda e botoeiras	1
11	Munição calibre 38 – blister com 10 unidades	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.7.10. O quantitativo dos materiais/equipamentos é estimativo e compõem o mínimo necessários, cabendo à contratada considerar em sua proposta o fornecimento de outros que se fizerem necessários para a perfeita execução do serviço.

3.7.11. Os materiais e equipamentos constantes da tabela acima deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário.

3.7.12. As munições deverão ser originais do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições regarregadas.

3.7.13. A empresa licitante deverá, em sua proposta, detalhar os custos unitários dos uniformes, materiais e equipamentos que irão compor sua planilha de custos, demonstrando os custos com depreciação e manutenção dos equipamentos.

4. VISTORIA PRÉVIA

4.1. Os interessados **poderão** visitar os locais de realização dos serviços para tomar conhecimento de todas as informações e condições nos quais serão prestados os serviços. No entanto, não será exigida a comprovação da visita como condição de habilitação. As visitas aos locais de execução dos serviços poderão ser agendadas com os seguintes servidores e horários: Jaidê Rabelo Bento, telefone (69) 3211 2147, e-mail: jaide.rabelo@tre-ro.jus.br ou Irlêda Maria Soares da Silva (69) 3211 2005, e-mail: irleda.maria@tre-ro.jus.br no horário das 11:00 às 18:00.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1 – VALOR ESTIMADO - Estima-se para esta contratação o valor de **R\$ 1.899.113,40 (um milhão, oitocentos e noventa e nove mil, cento e treze reais e quarenta centavos)**, demonstrados na TABELA 1.

TABELA 1

Posto de Trabalho/Escala de Trabalho	Valor Mensal/Homem	Valor Mensal do Posto (com 2 homens)	Número de Postos	Valor Total Mensal
Vigilância diurna/12hX36h	R\$ 4.977,06	R\$ 9.954,12	3	R\$ 29.862,36
Vigilância noturna/12hX36h	R\$ 5.573,57	R\$ 11.147,14	3	R\$ 33.441,42
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 63.303,78
VALOR TOTAL PARA 12 MESES				R\$ 759.645,36
VALOR TOTAL PARA 30 MESES (*)				R\$ 1.899.113,40

*Valor Máximo aceito pela Administração

5.2 - JUSTIFICATIVAS DOS CUSTOS:

5.2.1 - A formação dos **preços de mão-de-obra** foi estimada a partir dos componentes estabelecidos na IN 05/2017 e dos valores de salários base e benefícios constantes da Convenção Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança, Vigilância, Transportes e Valores e Cursos de Formação de Vigilantes do Estado de Rondônia e do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia, vigente para o período de 01/03/2019 a 29/02/2020, e a data-base da categoria em 1º de março, juntado a este termo de referência, conforme adiante demonstrado nas TABELAS 2 a 7.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2.2 – Os valores relativos aos módulos e submódulos discriminados ao final deste parágrafo, da Planilha de Custo e Formação de Preços, foram extraídos do **Caderno de Logística** – Serviços de Vigilância, Unidade da Federação RO, versão 2014, atualizado pelo Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de serviços de Vigilância e Limpeza no âmbito do Administração Pública Federal, para a unidade da Federação Rondônia, ano 2019, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, cuja versões completas constam como anexo deste Termo de Referência. Os estudos de fatores de formação de custos para estabelecimento dos preços mínimos e máximos apresentados no Caderno são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTD), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/TEM), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizado pelo INSS. Para o item Insumos Diversos, utilizou-se a estimativa apresentados no Caderno Técnico de Rondônia de 2019, valores que se mostraram compatíveis com pesquisa pela internet em sites de venda e também com os valores utilizados no contrato de vigilância em vigor neste Tribunal. Como se trata de insumos bem específico para o serviço a ser contratado, de pouquíssima aquisição pelo Poder Público, a pesquisa realizada no Banco de Preços resultou infrutífera para inúmeros itens, motivo pela qual não foi considerada. O item Insumos Diversos não ultrapassa o percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da contratação. Vale ressaltar que o referido Caderno Técnico de 2019, para composição da estimativa de algumas rubricas, considera o prazo contratual de 12 meses. Como a contratação aqui pretendida é para 30 meses, há rubricas que foram estimadas de forma proporcional.

- Módulo 3 – Provisão para Rescisão
- Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Exceto Férias e 1/3 de Férias)
- Submódulo 4.1 – Substitutos nas Ausências Legais
- Módulo 5 – Insumos Diversos
- Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro (Exceto Tributos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2.3 - Vale ressaltar que o referido Caderno Técnico de 2019, para composição da estimativa de algumas rubricas, considera o prazo contratual de 12 meses. Como a contratação aqui pretendida é para 30 meses, há rubricas que foram estimadas de forma proporcional.

5.2.4 - Os valores e percentuais das demais rubricas dos módulos, incluindo as exceções acima pontada, **foram obtidos através da aplicação** das disposições legais pertinentes.

5.2.5 - Na Tabela 7 – **DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE MÃO-DE-OBRA**, são apresentadas fundamentações, justificativas e memória de cálculo das rubricas das planilhas de custos.

5.2.6 - O orçamento considerado para a apresentação das propostas tem como data-base o mês de **março/2019**, data da Convenção Coletiva da categoria 2019/2020.

TABELA 2 – VIGILANTE DIURNO

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL				
Unidade de medida - tipos e quantidades				
1	Tipo de serviço		Quantidade	
	Posto de Vigilância armada ostensiva Dirno 12 x 36		3	
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra				
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)			5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 1.278,41
4	Categoria profissional vinculada à execução contratual		Vigilante	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/03/19	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração		Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Base	1,00		1.278,41

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

B	Adicional Noturno			0,00
C	Adicional de Periculosidade	30%	R\$1.278,41	383,52
D	Hora intervalo intrajornada			0,00
F	Outros			0,00
TOTAL				R\$ 1.661,93

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias				
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	13º salário	8,330%	1.661,93	138,44
B	Férias	3,330%	1.661,93	55,34
C	Adicional de Férias	2,770%	1.661,93	46,04
TOTAL		14,430%		239,82

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	Valor
A	INSS	20,000%	1.901,75	380,35
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,500%	1.901,75	47,54
C	SAT	3,000%	1.901,75	57,05
D	SESC ou SESI	1,500%	1.901,75	28,53
E	SENAI ou SENAC	1,000%	1.901,75	19,02
F	SEBRAE	0,600%	1.901,75	11,41
G	INCRA	0,200%	1.901,75	3,80
H	FGTS	8,000%	1.901,75	152,14
TOTAL		36,800%		699,84

Nota: A base de cálculo é Módulo 1 + Submódulo 2.1

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte [(R\$ 3,80 x 2 x 15 dias) - (R\$ 1.278,41 x 50% x 6%)]	75,65
B	Auxílio Alimentação (28,00*15) - (28*15*1%)	415,80
C	Cesta Básica	15,98
D	Seguro de vida/Auxílio Funeral	13,31
E	Assistência médica/odontológica	10,68
TOTAL		R\$ 531,42

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor R\$	
2.1	13º Salário e Adicional de Férias		239,82
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		699,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários		531,42
TOTAL			1.471,08

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,420%	1.661,93	6,98
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,56
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	5,000%	1.661,93	83,10
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	1.661,93	32,31
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado			11,89
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado			16,15
				150,99

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,330%	1.661,93	138,44
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,835%	1.661,93	13,88
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,020%	1.661,93	0,33
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,120%	1.661,93	1,99
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,049%	1.661,93	0,81
SUB-TOTAL				155,46
F	Incidência do Submódulo 2.2			57,21
TOTAL				212,67

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Submódulo 4.2 -Substituto na Intra jornada				
4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			223,91
TOTAL				
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor R\$		
4.1	Substituto nas Ausências Legais			212,67
4.2	Substituto na Intra jornada			223,91
TOTAL				436,57
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)		
A	Uniformes			76,00
B	Materiais			7,60
C	Equipamentos (Depreciação/Manutenção)			32,00
TOTAL				115,60
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	6,00%		230,17
B	Lucro	6,79%		276,10
C	Tributos	8,65%		411,19
	PIS	0,65%		30,90
	COFINS	3,00%		142,61
	ISS	5,00%		237,68
TOTAL				917,46
	RATEIO DA CHEFIA DE CAMPO (*)	4,70%	4.753,64	223,42
(*) 4,7% sobre o somatório dos módulo de 1 a 6 - proporcionalidade apurada do Caderno de Logística 2019				
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			1.661,93
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.471,08



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		150,99
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		436,57
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		115,60
Subtotal (A + B + C + D+E)			3.836,17
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos		917,46
G	RATEIO DA CHEFIA DE CAMPO		223,42
Valor total por empregado			4.977,06
Valor total por empregado x N° empregado (2 empregados por posto)			9.954,12
VALOR TOTAL DE 03 POSTOS			29.862,36

TABELA 3 – VIGILANTE NOTURNO

ANEXO III-A - MÃO-DE-OBRA				
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL				
Unidade de medida - tipos e quantidades				
1	Tipo de serviço			Quantidade
	Posto de Vigilância armada ostensiva Noturno 12 x 36			3
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra				
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)			5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 1.278,41
4	Categoria profissional vinculada à execução contratual			Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/03/19
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração		Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	Salário Base		1,00	1.278,41
B	Adicional Noturno		25,00%	R\$1.661,93242,35
C	Adicional de Periculosidade		30%	R\$1.278,41383,52
D	Hora intervalo intrajornada			0,00
E	Outros			0,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL				R\$ 1.904,28
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias				
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Base de Cálculo	Valor (R\$)
A	13º salário	8,330%	1.904,28	158,63
B	Férias	3,330%	1.904,28	63,41
C	Adicional de Férias	2,770%	1.904,28	52,75
TOTAL		14,430%		274,79
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Base de Cálculo	Valor
A	INSS	20,000%	2.179,07	435,81
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,500%	2.179,07	54,48
C	SAT	3,000%	2.179,07	65,37
D	SESC ou Sesi	1,500%	2.179,07	32,69
E	SENAI ou SENAC	1,000%	2.179,07	21,79
F	SEBRAE	0,600%	2.179,07	13,07
G	INCRA	0,200%	2.179,07	4,36
H	FGTS	8,000%	2.179,07	174,33
TOTAL		36,800%		801,90
Nota: A base de cálculo é Módulo 1 + Submódulo 2.1				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)	
A	Transporte [(R\$ 3,80 x 2 x 15 dias) - (R\$ 1.278,41 x 50% x 6%)]		75,65	
B	Auxílio Alimentação (28,00*15) - (28*15*1%)		415,80	
C	Cesta Básica		15,98	
D	Seguro de vida /Auxílio Funeral		13,31	
E	Assistência médica/odontológica		10,68	
TOTAL				R\$ 531,42
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor R\$	
2.1	13º Salário e Adicional de Férias			274,79

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		801,90
2.3	Benefícios Mensais e Diários		531,42
TOTAL			1.608,11

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Base de cálculo	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,420%	1.904,28	8,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			0,64
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	5,000%	1.904,28	95,21
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	1.904,28	37,02
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado			13,62
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado			18,51
				173,00

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Base de cálculo	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,330%	1.904,28	158,63
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,835%	1.904,28	15,90
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,020%	1.904,28	0,38
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,120%	1.904,28	2,29
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,049%	1.904,28	0,93
SUB-TOTAL				178,13
F	Incidência do Submódulo 2.2			65,55
TOTAL				243,68

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.1	Substituto na Intrajornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		251,28

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL				
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor R\$	
4.1	Substituto nas Ausências Legais			243,68
4.2	Substituto na Intra jornada			251,28
TOTAL				494,95
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)	
A	Uniformes			76,00
B	Materiais			7,60
C	Equipamentos (Depreciação/Manutenção)			32,00
TOTAL				115,60
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	6,00%		257,76
B	Lucro	6,79%		309,20
C	Tributos	8,65%		460,47
	PIS	0,65%		34,60
	COFINS	3,00%		159,70
	ISS	5,00%		266,17
TOTAL				1.027,43
	RATEIO DA CHEFIA DE CAMPO (*)	4,70%	5.323,37	250,20
(*) 4,7% sobre o somatório dos módulo de 1 a 6 - proporcinalidade apurada do Caderno de Logística 2019				
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			1.904,28
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.608,11
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			173,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			494,95
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			115,60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subtotal (A + B + C + D+E)			4.295,95
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos		1.027,43
G	RATEIO DA CHEFIA DE CAMPO		250,20
Valor total por empregado			5.573,57
Valor total por empregado x N° empregado (2 empregados por posto)			11.147,14
VALOR TOTAL DE 03 POSTOS			33.441,42

TABELA 4

DEMONSTRATIVO DO SALÁRIO BASE DA CATEGORIA VIGILANTE	
POSTO DE TRABALHO	SALÁRIO CONVENÇÃO COLETIVA 2019/2020
Vigilante diurno 12hx36h	1.278,41
Vigilante noturno 12hx36h	1.278,41

Convenção Coletiva 2019/2020 – Cláusula 4ª.

TABELA 5

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DO VALE TRANSPORTE						
POSTO DE TRABALHO	VALOR DIA R\$	QUANT. DIA	TOTAL VALORES R\$	SALÁRIO BASE R\$	6% SALÁRIO BASE (PROPORCIONAL A 15 DIAS)	CUSTO R\$
Vigilante diurno 12hx36h	7,60	15	114,00	1.278,41	38,35	75,65

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vigilante noturno 12hx36h	7,60	15	144,00	1.278,41	38,35	75,65
------------------------------	------	----	--------	----------	-------	-------

Legislação

(Valor de dois vales por dia x 15 dias trabalhados) – (6% do salário Base X 50% - proporcional a 15 dias)

TABELA 6

DEMONSTRATIVO DE CUSTO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO					
POSTO DE TRABALHO	VALOR DIA R\$	QUANT. DIAS	TOTAL AUXÍLIO R\$	VALOR DO DESCONT. R\$ (1%)	CUSTO R\$
Vigilante diurno 12hx36h	28,00	15	420,00	4,20	415,80
Vigilante noturno 12hx36h	28,00	15	420,00	4,20	415,80

15 dias X R\$ 28,00 = R\$ 420,00, menos 1% de R\$ 420,00 = R\$ 415,80

Convenção Coletiva 2019/2020 – Cláusula 13ª.

TABELA 7– DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE MÃO-DE-OBRA		
COMPONENTES	% sobre Salário/Valor	BASE LEGAL E DE CÁLCULO
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
Remuneração	100%	É o salário base percebido pelo profissional em contrapartida pelos serviços prestados mais os adicionais cabíveis, tais como hora extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários.
Salário Base	100%	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Quarta
Adicional Noturno	25%	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Quarta (calculada em R\$ 1,45) e Cláusula 31ª, parágrafo segundo (hora noturno de 60m no horário entre 22:00h e 06:00h)
Adicional de Periculosidade	30%	Convenção Coletiva 2019/2020 – Cláusula Quarta, parágrafo terceiro.
Hora Intervalo Intra jornada		Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Décima - intervalo de 01h para descanso/refeição, com acréscimo de 50% sobre a hora normal. Para a contratação pretendida, foi considerada a reposição do vigilante no horário do intervalo intra jornada.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias

13º salário	8,330%	Art. 1º, Lei 4.749/65. Salário (100%) /12 meses = 8,33% (não varia)
Férias	3,330%	A formação de preços do Caderno Técnico de 2019, para essa rubrica, considera, para uma vigência contratual de 12 meses, o percentual de 8,33% (100%/12 = 8,33%). Tal rubrica tem como objetivo suprir a necessidade, ao final do contrato de 12 meses , do pagamento das férias remunerada, considerando que em somente 12 meses não houve tempo para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<p>gozo das férias pelo empregado. Recomenda, inclusive, quando da prorrogação do contrato de 12 meses, que tal rubrica seja excluída, já que nos 12 meses anteriores a empresa já recebeu os custos relativos a férias remuneradas.</p> <p>Como a contratação aqui pretendida tem vigência de 30 meses, o cálculo para o percentual desta rubricas foi feito proporcional a 30 meses ($100\%/30 = 3,33\%$).</p> <p>O Caderno sugere que para contrato superior a 12 meses tal rubrica seja excluída da planilha de custos. Entretanto, ponderou-se que ao término dos contratos, mesmo em prazo superior a 12 meses, haverá a necessidade de remuneração de férias, devido a algum período não gozado pelo empregado, motivo pelo qual optou-se por inclusão de percentual porporcional a 30 meses e não a exclusão total da rubrica.</p>
Adicional de Férias	2,770%	Constituição Federal de 1988 (Art. 7, inciso VIII)- Acréscimo legal equivalente a 1/3 do salário normal. ($1/3 / 12 * 100$)
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições		
GPS, FGTS e outras contribuições		
INSS	20,000%	Art. 22, inciso I da Lei 8.212/91 – não varia
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,500%	Art. 3º inciso I Decreto 87.043/82 – não varia

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SAT (RAT X FAP)	3,000%	Decreto 3.048/1999, Anexo V e Decreto 6.957/2009 - varia
SESC ou SESI	1,500%	Art. 3º Lei 8036/90 – não varia
SENAI ou SENAC	1,000%	Decreto 2.318/86 – não varia
SEBRAE	0,600%	Art. 8º Lei 8029/90 e 8154 de 28/12/1990– não varia
INCRA	0,200%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70 – não varia
FGTS	8,000%	Art. 15 Lei 8030/90 art. 7º inciso III CF/88 – não varia
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
Benefícios Mensais e Diários		
Transporte	R\$ 37,30	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusulas Décima Quarta e legislação pertinente (Lei 7.619/87, /decreto n. 95.247/87 e Lei 7.418/85).
Auxílio Alimentação	R\$ 415,18	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Décima Terceira - R\$ 28,00 por dia trabalhado c/ desconto de 1% (R\$ 28*15) - 1%.
Cesta Básica	R\$ 415,80	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Décima Sétima - 16% do salário base, com desconto de 1%.
Auxílio Funeral	Variável	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Décima Quinta (valor pode variar conforme cálculo de risco assumado pela empresa. Para a estimativa considerou-se os valores praticados na contratação atual).
Seguro de Vida	Variável	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Décima Sexta (valor pode variar conforme cálculo de risco assumado pela empresa. Para a estimativa considerou-se os valores praticados na contratação atual).
Assistência Médica/Odontológica	R\$ 10,68	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Quadragésima Quarta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Provisão para Rescisão

Aviso Prévio Indenizado	0,420%	Art. 7º, XXI, CF/88 e Art. 477, 487 e §§ da CLT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado que 5% dos empregados serão substituídos em 12 meses. A memória de cálculo do valor estimado: $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$. O índice encontrado de 0,42% é aplicado sobre o valor da remuneração.
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		Percentual do FGTS (8%) aplicado sobre o aviso prévio indenizado. Memória de cálculo: aplicação do percentual de 8% de FGTS sobre o valor do Aviso Prévio Indenizado ($8\% \times 0,420\% = 0,034\%$). O índice encontrado é aplicado sobre o valor da remuneração.
Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	5,00%	Lei 8.036, Art. 18, §1º, Lei Complementar n. 110/2001 (Art. 1º). Memória de Cálculo do valor estimado: aplicação de 50% (multa do FGTS) sobre a soma do valor mensal do FGTS e do valor do FGTS do Aviso prévio indenizado, cujo valor representa 5% sobre o valor da remuneração.
Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	Art. 7º, XXI, CF/88 e Art. 477, 487 e §§ da CLT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para o percentual estimado foi considerado uma média anual de 7 dias de aviso prévio trabalhado (o que excede os 30 dias). Memória de cálculo do valor estimado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		(7/30)/12, onde 7=dias de aviso prévio; 30=dias do mês; 12=meses no ano. Utilizou-se como paradigma recentes contratações de vigilância do TCU. Além disso, o Acórdão 1186/2017 TCU Plenário prevê como parcela máxima de aviso prévio trabalhado nas contratações de mão de obra terceirizada o percentual de 1,94% no primeiro ano do contrato.
Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		Art. 18, § 1º da Lei 8.036/90 e Art. 1º da LC n. 110/01. Memória de Cálculo do valor estimado: aplicação de 50% (multa do FGTS) sobre o valor do Aviso Prévio Trabalhado.
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
Substituto na cobertura de Férias	8,330%	Art. 7º, XVII, CF/88, Art. 129 e 130 CLT - Salário (100%)/12 meses = 8,33%.
Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,835%	Art. 131 inciso I e Art. 473 inciso I ao 9 da CLT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para a estimativa utilizou-se uma média de 6 dias de afastamento por ano (atestados médico, casamento, falecimento de parentes, doação de sangue etc). Memória de cálculo: (6/720)= 0,83%. O percentual resultante é aplicado sobre o valor da remuneração.
Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,020%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da ADCT (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para a estimativa utilizou-se como referência a taxa de natalidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		população brasileira/IBGE de 1,416% e 5 dias de licença. Memória de cálculo: $(5/360) * 1,416\% = 0,020\%$. O percentual resultante de 0,020% é aplicado sobre o valor da remuneração.
Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,120%	Art. 19 a 23 da Lei n. 8.213/91 (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para a estimativa utilizou-se o quantitativo de 15 dias de licença por ano ao índice de 3,02% (percentual de frequência anual estimada pelo BEPS- Boletim Estatístico da Previdência Social referência Fev/2017)
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,049%	Custos diversos c/ reposição por tal afastamento, exceto salário (impacto do item férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS e possíveis benefícios previstos em convenção coletiva - (índice pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa)). Para o valor estimado utilizou-se como referência a taxa de natalidade da população brasileira/IBGE de 1,416% e a estimativa da possibilidade de 50% da mão de obra ser do sexo feminino em idade reprodutiva, o afastamento de 4 meses e o percentual do custo de férias, adicional de férias e 13º com incidência dos encargos e FGTS. Memória de cálculo: $(50\% * 1,416\% * (4/12) * (8,93\% + 8,93\% + 2,98\%)) = 0,049\%$. O percentual resultante de 0,049%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		é aplicado sobre o valor da remuneração.
Substituto da Intra jornada		Valor estimado conforme Caderno Técnico de 2019 - Soma dos módulos 1, 2 e 3 / 220 horas X 15 dias

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

Insumos Diversos - Para o valor estimado do módulo foi considerado o percentual definido no Caderno Técnico de Rondônia de 2019, que está compatível com os valores praticados na contratação atual.

Uniformes	Variável	Convenção Coletiva 2019/2020 - Cláusula Vigésima Quinta - Varia conforme quantidade e valor das peças.
Materiais	Variável	Custo com aquisição de materiais necessários para execução do serviços - Varia conforme quantidade e valor das peças.
Equipamentos (Depreciação/Manutenção)	Variável	Custo com depreciação dos equipamentos necessários para a execução dos serviços - Varia conforme quantidade e valor das peças.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

Custos Indiretos, Lucro e Tributo	%	
Custos Indiretos	6,00%	São os gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos (percentual pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para a estimativa foi utilizado o índice apresentado no Caderno Técnico de Rondônia de 2019.
Lucro	6,79%	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, benefícios mensais e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhista e custos indiretos (percentual pode variar conforme cálculo de risco assumido pela empresa). Para a estimativa foi utilizado o índice apresentado no Caderno Técnico de Rondônia de 2019.
Tributos	8,650%	Estimado com base no lucro presumido
PIS	0,650%	Art. 30 c/c Art. 31 da Lei 10.833
COFINS	3,000%	Art. 30 c/c Art. 31 da Lei 10.833
ISS	5,000%	Para o município de Porto Velho a alíquota é de 5%
Rateio da Chefia de Campo		Valor estimado aplicando-se o percentual de 4,7% sobre o somatório dos módulos de 1 a 6. Tal percentual representa a proporcionalidade do valor do rateio da chefia de campo constante no Caderno Técnico de 2019, no cenário de valores máximos.

5.3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Tendo em vista as peculiaridades da contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais **deverão ser observados pelas empresas licitantes** quando da elaboração de suas propostas de preços:

1. Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, foi considerado o piso salarial estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 do Sind. Trab. Seg. Vig. Transportes Valores Cursos Formação de Vig. Est. Rondônia e Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia, representante da categoria dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços ora terceirizados, no Estado de Rondônia.
2. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação à qual a licitante esteja obrigada.
3. A licitante deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.
 4. Nas repactuações do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
 5. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos estimados neste Edital, nem inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada, devendo ser utilizado o salário mais benéfico ao trabalhador.
 6. As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto, a proposta para contratação terá que ser consolidada.
 7. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
 8. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.
 9. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
 10. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
 11. O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais (Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário).
 12. O orçamento dos custos dos serviços foi estimado levando-se em consideração empresas optantes pelo Lucro Presumido. No entanto, o licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. A rubrica da planilha de custos “Aviso prévio trabalhado” será zerado após o primeiro ano de vigência do contrato. Para a rubrica férias (submódulo 2.1), caso o licitante apresente cálculo com percentual de 8,33%, tal valor será excluído da planilha de custos do contrato no mês seguinte imediato após 12 (doze) meses de vigência de contrato, pois tal percentual representa o custo completo de tal rubrica para 12 meses, não se renovando para períodos superiores, conforme Nota 3 do submódulo 2.1 da Planilha de Custos da IN 05/2017.
14. Os custos não renováveis da planilha de custos serão excluídos em caso de prorrogação contratual.
15. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, **o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:
 - O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata a observação 3 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.
17. O licitante deve preencher a rubrica RAT/FAP da planilha de custo com o valor do RAT de sua atividade preponderante e de seu FAP, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação de GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.
18. Considerando que a constituição do SESMT é facultada às empresas (cláusula trigésima sexta da CCT 2019/2020, rubrica F do submódulo 2.3 da planilha de custo e formação de preços), caso a contratada apresente em sua proposta o valor da referida rubrica, deverá comprovar ao Contratante, a cada 6 (seis) meses, que o implantou e que o mantém. A não comprovação ensejará a glosa dos valores semestrais de tal custo, quando do pagamento do faturamento posterior ao período da não comprovação.

5.4 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A despesa para contratação do serviço decorrente do presente Termo de Referência correrá inicialmente com recursos do Orçamento Ordinário de 2019 deste Tribunal, e posteriormente com o Orçamento Anual dos anos seguintes, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Manutenção da Infraestrutura Física
PLANO INTERNO:	AIEF VIGOST
VALOR PARA 2019:	R\$ 16.882,00
VALOR PARA 2020:	R\$ 759.646,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1 – Habilitação Técnica:

6.1.1 – Apresentação de declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na cidade/município de prestação dos serviços, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da vigência do contrato.

6.1.2 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado contrato(s) com o quantitativo de mão de obra a ser alocada no serviço a ser contratado, na prestação de serviços terceirizados com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, por período não inferior a 3 (três) anos.

6.1.2.1 – Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, porém não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos.

6.1.2.2 - Será aceito o somatório de atestados que comprovem que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatível com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

6.1.2.3 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

6.1.2.4 - Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

6.1.2.5 – A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atualizado da contratante e local em que foram prestados os serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1.3 – Autorização ou revisão de autorização para funcionamento concedida pelo Departamento de Polícia Federal, bem como a comprovação de comunicação à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação, exigidas nos termos do art. 14, incisos I e II, da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e dos artigos 32 e 38 do Decreto n. 89.056, de 24 de novembro de 1983, que regulamentou a referida lei e Portaria n. 3.233/2012 – DPF/MJ de 10/12/2012.

6.2 - Habilitação Econômico-Financeira:

6.2.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índice de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um).

6.2.2 - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

6.2.3 - comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta

6.2.4 - declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado por índices oficiais, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2.5 - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida no domicílio da pessoa jurídica, com data de expedição de, no máximo, até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data em que o Pregoeiro solicitar a apresentação dos documentos de habilitação.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, devendo o valor ofertado representar o valor global da prestação dos serviços por 30 (trinta) meses, período estimado da contratação.

7.1.1. Além do critério do preço, no julgamento de classificação e aceitação das propostas será verificado o atendimento aos seguintes requisitos e condições:

- a) Observação das regras expressas no instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos de cumprimento de obrigações, às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos;
- b) Isenção de vícios e observação de normas e leis aplicáveis ao objeto do certame, em especial aos dispositivos de Convenção Coletiva de Trabalho pertinente.
- c) Apresentação da proposta de forma clara e objetiva, que contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:
 - O preço unitário, mensal e o valor global da proposta.
 - Os custos decorrentes da execução contratual, que deverá ser demonstrado mediante o preenchimento de planilha de custos e formação de preços, seguindo o modelo do Anexo VII-D da IN 05/2017 SG/MPDG.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) A indicação dos sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

e) Preços ofertados refletindo corretamente os custos envolvidos na contratação, com salários e benefícios, encargos sociais, tributos e demais elementos componentes do preço baseados em acordo ou convenção coletiva e em legislação vigentes.

f) A quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual, conforme definido pela Administração;

g) Compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado pela Administração e em consonância com aqueles praticados no mercado;

g.1) Ofertas com preços superiores àquele definido como máximo pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução para valor igual ou inferior ao definido, sendo recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;

g.2) No caso de verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele definido como máximo pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

g.3) A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada, de modo que, atendidas as exigências legais, os custos referentes a outros componentes da planilha possam ser diminuídos para fim de cobertura do item inicialmente inexequível, nos termos do Acórdão 4.621 – 2ª Câmara – TCU;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g.4) Será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta quando a mesma apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o item e a sua inexecutabilidade não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não permitindo a sua imediata recusa.

h) Apresentação da relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, se for o caso, indicando o quantitativo e sua especificação.

7.1.2 - No caso de realização de diligência de que trata a alínea “g.4” do item 7.1.1, para efeito de comprovação de sua exequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- b) Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- c) Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social;
- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) Estudos setoriais;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- k) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- m) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8. DO CONTRATO

I – A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

II - No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá:

- a) apresentar regularidade no **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência;**
- b) Comprovar que possui representante legal na cidade de Porto Velho/RO, local da sede da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, onde ficará a gestão do contrato.

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

VI - Com a assinatura do contrato a Contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

VII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da Contratada, independentemente de transcrição.

VIII - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la e, no que couber, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também no que aplicável, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - e suas alterações - naquilo que não contrarie o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

IX - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. REGRAS GERAIS E PERIODICIDADE PARA REPACTUAÇÃO:

I - O contrato firmado com a licitante vencedora terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e, supletivamente, pela Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, no que couber, pelas regras do Código Civil Brasileiro.

II - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este Termo de Referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

III – Na ocorrência de prorrogação, à conveniência da Administração, será considerado o previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93 e no Anexo IX da IN 05/2017.

IV - A futura contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite dependem de acordo entre as partes.

V - A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, quando da contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;

VI - O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de março/18, data-base da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 do SIND. DOS TRAB. EM VIG. TRANSPORTE VALORES CURSOS FORMAÇÃO DE VIG. EST. RONDÔNIA e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Dessa forma, nos termos do inciso X, do Art. 53 e seguintes da IN 05/2017 e do Acórdão TCU 1563/04 – Plenário, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, março de 2019, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

VII – As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação

VIII – Quando da solicitação da repactuação, poderá ser solicitado reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, que serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, sendo que:

1. O primeiro reajuste abrangerá o índice do período compreendido entre o mês da apresentação da proposta e mês anterior a que se refere a repactuação solicitada;
2. Os subsequentes obedecerão à regra da anualidade, que será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

IX - A repactuação em prazo inferior a um ano de qualquer dos componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços somente poderá ser efetuada mediante **demonstração analítica dessa variação devidamente comprovada, conforme preceitua o Art. 5º do Decreto 2.271/97 (item 9.1.6 do Acórdão TCU 1.563/04).**

X - A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1. Obriga-se o licitante vencedor a:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

II - Informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente;

III - Comprovar, no ato da emissão da nota de empenho e no da assinatura do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

IV - Assinar, por meio do SEI (Sistemas Eletrônico de Informações), o instrumento de contrato no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da disponibilização no sistema para tal.

9.2. Se a licitante vencedora não cumprir as obrigações dos itens “III” e “IV” acima, é facultado à Administração convocar e negociar preço com os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o item específico ou toda a licitação, conforme o caso, sujeitando-se a licitante vencedora à aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10. DA GARANTIA

Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a futura contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- a) A Contratada deverá apresentar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato;
- b) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no prazo estipulado na alínea “a” autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.
- e) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- f) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- g) Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- h) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- i) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber;
- j) A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na alínea “e”, observada a legislação que rege a matéria.
- k) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- l) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- m) A garantia será considerada extinta:
- n) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- o) Com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 3 meses estabelecido no caput, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- p) O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

q) A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, obrigando-se a contratada a, com a assinatura do contrato, autorizar a retenção da garantia pela contratante.

11. DA ABERTURA DE CONTA VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO (RES. CNJ 169/2013)

De acordo com a **Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013, atualizada pela Resolução CNJ 183, de 24/10/2014**, e, no que couber, a IN 05/2017 do MPDGG e considerando, ainda a **Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho**, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, fica estabelecido que:

I – o TRE-RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional) 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

II – Os depósitos serão realizados pelo TRE-RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal em Porto Velho/RO ou no Banco do Brasil S/A, em agência a ser definida, neste município, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE-RO.

III – Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas em legislação própria.

IV - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13ª salário, conforme **exemplificado** na tabela a seguir:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
RUBRICAS	%
13º SALÁRIO	8,33%
FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO (*)	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de risco da empresa contrata (RAT X SAT)
TOTAL	Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada

(*) Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.

V - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

VI – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-RO e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) O TRE-RO fará a solicitação de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação- no nome da empresa contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.

VII – Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro escolhido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE-RO e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

VIII – Os valores referentes às rubricas mencionadas no inciso IV serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora/produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

IX – A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1. resgatar da contra-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - , os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.
2. Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação-, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso IV.

X – Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, letra “a”, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso IV.

XI – O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

XII – Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração/custo indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

12. DAS SANÇÕES

12.1 SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

- a) Primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato;
- b) Segunda interrupção injustificada de até 06 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,6% (zero vírgula seis por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,9% (zero vírgula nove por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Interrupção superior a seis (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato.

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato no momento da determinação;
- c) Terceiro descumprimento injustificado será considerada inexecução da obrigação, caracterizando-se inexecução parcial do contrato.

12.2 SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2.1 A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) O contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) O contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

12.2.3 A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.5 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

12.6 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

12.7 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

12.8 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

12.9 As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12.10 O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após apresentação de Nota Fiscal/Fatura mensal pela contratada, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que for devidamente atestada pelo fiscal do contrato a Nota Fiscal/Fatura discriminando os serviços executados.

São regras aplicáveis aos pagamentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II – Desobriga-se o o Contratante a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal designado pela CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços e manifestação do gestor de contratos do TRE-RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

III - A Contratada deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes:

1. Do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
2. Do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários OPTANTES, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a vigente Convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;
3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "*on-line*" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
4. Do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do contratante.

IV - O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços.

V - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação será retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira acima prevista será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Contratada, além de outras obrigações decorrentes da especificação do objeto deste Termo de Referência e do Edital de Pregão, deve:

1. Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida em Termo de Contrato como a data de início da execução;
2. Nomear preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato durante sua vigência, cujo instrumento de nomeação deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;
3. Oferecer GARANTIA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do objeto deste certame, nos termos do art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;
5. Manter no Posto um Livro de Registro de Ocorrências, o qual deverá ser atualizado diariamente;
6. Apresentar ao Contratante, até último dia útil de cada mês, a escala de serviço do mês subsequente, devendo dela constar nominalmente os vigilantes escalados;
7. Informar previamente, antes do início do turno, qualquer alteração na escala de serviço, a qual deverá ser registrada no Livro de Ocorrências; alteração que não puder ser previamente informada deverá ser feita no prazo máximo de 04 horas.
8. Relatar ao Contratante e registrar no Livro de Ocorrências toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.
9. Inspecionar, diariamente, em horários alternados, através de supervisores, os postos de serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Manter-se, durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação que ensejou a contratação, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, INSS e à Fazenda Pública sempre que solicitados, devendo comunicar ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
11. Repor, garantida ampla defesa e contraditório, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após notificação da decisão, o bem patrimonial desaparecido ou objeto de furto, ocorrido fora do expediente administrativo;
12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da Contratante;
13. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal do contrato, todas as determinações do contratante, especialmente quando tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento.
14. Recrutar, selecionar e encaminhar à contratante os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
15. Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, não interrompendo a execução dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
16. Substituir imediatamente, após notificação, mão-de-obra que apresente comportamento considerado pelo contratante como inadequado, para a prestação dos serviços, não sendo, por esta razão, permitida qualquer interrupção em sua execução;
17. Proceder ao atendimento emergencial do Contratante, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da categoria a Contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

18. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
19. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado do Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
20. Apresentar Porte de Arma e atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra disponibilizado para atuar nas instalações do Contratante;
21. Apresentar ao Contratante a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registros de Arma” que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos;
22. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
23. Fornecer uniformes e seus complemento à mão de obra envolvida, bem como os equipamentos e munições, não devendo repassar os custos destes à mão de obra envolvida, nos termos do item 3.7.1 e 3.7.9 deste Termo de Referência.
24. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
25. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
26. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do Contratante, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o Contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;
28. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
29. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
30. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
31. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
32. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do Contratante;
33. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
34. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a gestão/fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
35. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
36. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
37. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
38. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

39. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao Contratante o acesso ao controle de frequência;
40. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
41. Encaminhar ao gestor do contrato, o planejamento de férias de toda a mão de obra alocada ao contrato e encaminhar, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação dos empregados que de fato usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.
42. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;
43. Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, que possui sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;
44. Providenciar para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
45. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
46. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
47. Pagar, dentro do prazo previsto na legislação, os salários e demais verbas trabalhistas, o vale transporte, o auxílio alimentação, recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias de todas os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empregados vinculados ao contrato, vez que os empregados da contratada não manterão nenhum **vínculo empregatício** com o Contratante, sendo que o não cumprimento do disposto será caracterizado como falta grave e compreendido como falha na execução do contrato, o que poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e de declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002.

48. Autorizar o Contratante a fazer a retenção cautelar do valor mensal da fatura quando for constatado atraso no pagamento das obrigações trabalhistas, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
49. Autorizar o Contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores vinculados ao contrato, bem como das respectivas contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo das sanções cabíveis.
 - Para viabilizar o pagamento direto pelo Contratante, a contratada deverá enviar ao órgão toda a documentação necessária, tais como folha de pagamento, dados pessoais e bancários dos funcionários, guias de recolhimento de FGTS e INSS.
 - Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
50. Para viabilizar o pagamento direto pelo Contratante, a contratada deverá enviar ao órgão toda a documentação necessária, tais como folha de pagamento, dados pessoais e bancários dos funcionários, guias de recolhimento de FGTS e INSS.
51. Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

52. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;
53. Comprovar, quando da rescisão contratual de trabalho, o pagamento das verbas rescisórias, bem como o cumprimento de obrigações decorrentes da demissão.
54. Comprovar em que situação se encontram os empregados que foram desvinculados do contrato de prestação de serviços, mas não foram demitidos pela empresa contratada.
55. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do Contratante, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de sanções.
56. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante;
57. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
58. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
59. A inadimplência da contratada com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da contratante, nem pode onerar o objeto deste contrato.
60. Garantir que seus empregados sigam as normas de sustentabilidade emitidas pela TRE-RO, principalmente nos cuidados com reciclagem, separação de resíduos e economia de água/energia por meio de treinamento e acompanhamento contínuo;
61. Fornecer toda a documentação relativa à execução do contrato em meio digital, justificando eventual impossibilidade de fazê-lo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

62. Atender às normas técnicas do Ministério do Trabalho e Emprego sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço;
63. Comunicar ao Contratante, formalmente e por escrito, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, contados da data limite da vigência deste Contrato, o desejo de não o prorrogar.

14.1 - São expressamente vedadas à contratada:

- a) A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;
- c) Apresentar, para ocupar postos de trabalhos, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.

14.2 - O CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e anexos e na Minuta de Contrato, obriga-se:

1. Autorizar a contratada, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;
2. Exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
3. Orientar a contratada acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
4. Dar conhecimento à contratada acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
7. Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;
8. Notificar a contratada, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
9. Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
10. Notificar a contratada acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
11. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela contratada;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;
13. Efetuar o pagamento à contratada, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, conforme legislação vigente;
15. Avaliar a Contratada por critérios objetivos, sempre que necessário. As avaliações serão encaminhadas à Contratada para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços;
16. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, podendo tal fiscalização ser por amostragem;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

15. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – Resolução TSE 23.234/2010

15.1. Definição: Acordo de Nível de Serviços – ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, o cumprimento das obrigações contratuais, e respectivas adequações de pagamento.

15.2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, considerando a execução do objeto bem como o cumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada.

15.3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.

15.4. Apuração: a apuração será feita mensalmente, tanto por meio de registros de ocorrências quanto por conferência de documentos relacionados à questões trabalhistas. Ao final de cada período de apuração, o fiscal do contrato informará à Contratada as ocorrências, recomendando, se for o caso, adoção de medidas saneadoras.

15.5. Sanções: Desconto, no valor mensal da fatura, de acordo com o índice de desempenho atingindo

15.6. Infrações: situações a cuja ocorrência é atribuída um Grau para apuração do Índice de Desempenho.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO
INDICADOR DE QUALIDADE
GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXECUÇÃO ESTABELECIDADA E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Instrumento de medição	<p>Cálculo do Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 – INSUFICIENTE – Acima de:</p> <ul style="list-style-type: none">- 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU- 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU- 08 (oito) ocorrências de Grau 01 no mês <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU- 03 (três) e 06 (seis) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) e 08 (oito) ocorrências Grau 01 no mês <p>3 – BOM – Até:</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.
Forma de acompanhamento	<p>Registro das Ocorrências e constatações de descumprimentos contratuais</p> <p>Grau de medição:</p> <ul style="list-style-type: none">- Grau 03 – grave- Grau 02 – média- Grau 01 - leve
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho.</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96</p> <p>O valor mensal a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal do contrato pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão</p> <p>Limites: $0,96 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$</p>
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão
Sanções	Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondentes a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.
OBSERVAÇÕES	
<ul style="list-style-type: none">- As ocorrências verificadas, passíveis de solução, serão notificadas à contratada, com prazo estipulado para solução das falhas, quando for o caso;- As ocorrências poderão ser verificadas e constatadas quando da análise da documentação apresentada como anexo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços (folha de ponto, contra-cheques, comprovantes de pagamento de salários, etc).- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.

TABELA DE INFRAÇÕES:

ITEM	Infração	GRAU	Incidência
01	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
02	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, salvo em casos excepcionais, autorizado pela CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
03	Permitir a presença de funcionário que não tenha sido previamente apresentado à CONTRATANTE.	1	Por empregado e por ocorrência
04	Manter empregado sem qualificação exigida para executar os serviços contratados.	1	Por empregado e por dia
05	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material/equipamento licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por dia
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado ou determinação formal.	2	Por ocorrência
08	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3	Por ocorrência
09	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	2	Por ocorrência
10	Utilizar as dependência da	2	Por ocorrência

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato		
11	Permitir situações que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequência letais	3	Por ocorrência
12	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal do contrato.	1	Por item e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	2	Por empregado e por dia
14	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Entregar conjunto completo de uniforme aos empregados ou materiais/equipamentos nos prazos definidos em contrato ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega	1	Por empregado e por dia de atraso
17	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
19	Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	2	Por ocorrência
20	Substituir empregados faltosos até o limite de 1 (uma) hora após o início do	1	Por ocorrência e por empregado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	expediente definido		
21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais.	3	Por mês de ocorrência do não pagamento de qualquer obrigação
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação de serviços.	2	Por ocorrência e por dia
23	Entregar, ou entregar com atraso, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos ou quaisquer esclarecimentos indispensáveis à fiscalização do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
24	Apresentar as notas fiscais mensais, dentro do prazo definido em contrato, sem justificativa aceita pelo gestor do contrato.	1	Por ocorrência
25	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	3	Por ocorrência apontada
26	Cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela.	2	Por ocorrência

Como a contratação objeto deste Termo de Referência é de serviços continuados de que não requer emissão de Ordem de Serviços para a execução das atividades, este Acordo de Nível de Serviços não refletirá necessariamente a qualidade da **execução do objeto do contrato**, mas demonstrará o desempenho da Contratada no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais.

16. DAS DEMAIS REGRAS CONTRATUAIS:

Demais regras aplicáveis à contratação estão detalhadas na minuta do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I – A gestão e fiscalização administrativa será exercida pelo Chefe da Seção de Administração Predial – SEAP, com o auxílio de servidores lotados na unidade.

II – A fiscalização técnica da execução do objeto será assim exercida:

1. Posto de vigilância do Prédio Sede – pelo chefe da Seção de Administração Predial
2. Posto de vigilância do Fórum Eleitoral – pelo chefe de cartório responsável pela Administração do Fórum Eleitoral de Porto Velho
3. Posto de vigilância da Seção de Transportes/Estacionamento – pelo chefe da Seção de Transportes

III – Nos afastamentos dos titulares a gestão e fiscalização acima definida ficará a cargo dos chefes substitutos.

IV – A fiscalização do Contrato obedecerá, no que não for incompatível, ao Guia de Fiscalização (Anexo VIII-B da IN 05), constante do Anexo VII deste Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

As disposições da IN 05/2017, são partes integrantes deste Termo de Referência, naquilo que não seja com ele incompatível.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser remetidos ao Pregoeiro.

Com exceção das regras atinentes às licitações em geral, a cargo do Pregoeiro, ficam designados os seguintes servidores para prestar esclarecimentos:

Esclarecimentos sobre os aspectos materiais dos serviços: Jaidê Rabelo Bento, Chefe da Seção de Administração Predial (telefone 69 3211 2147).

19. DOS ANEXOS

São anexos do presente termo de Referência:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Estudos Preliminares;

II – Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial;

III – Caderno Técnico 2019 - Estudo Sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância Unidade da Federação Rondônia

IV – Modelo de Proposta – Anexo VII-C da IN 05/2017;

V – Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços – Anexo VII-D da IN 05/2017.

VI – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;

VII – Guia de Fiscalização Técnica e Administrativa – Anexo VIII-B da IN 05/2017

VIII – Instrução Normativa n. 05, de 25/05/2017

IX – Resolução TSE n. 23.234/2010

X – Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013

XI – Convenção Coletiva da Categoria (Vigilantes) vigente, relativa ao período de 01/03/2019 a 29/02/2020.

Em 18 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 18/10/2019, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0468345** e o código CRC **7CC9AEB3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001014-93.2019.6.22.8000

0468345v34

Criado por 004864972321, versão 34 por 004864972321 em 18/10/2019
16:16:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação de Pessoa Jurídica – Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva.

DESPACHO Nº 5267 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Administração Predial – SEAP deste Tribunal ([0403344](#)), com o objetivo de formalizar contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva diurna e noturna a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/ RO ([0403344](#)).

Após regular tramitação, esta diretora-geral, através do Despacho 4835 ([0461327](#)), aprovou o **Termo de Referência 94** ([0450258](#)), cuja contratação fora estimada em **R\$ 1.821.412,20 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze reais e vinte centavos)**, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 ([0450680](#)) e no Caderno de Logística – Serviços de Vigilância, Unidade da Federação RO, versão 2014 ([0450668](#)), atualizado pelo Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de serviços de Vigilância e Limpeza no âmbito do Administração Pública Federal, para a unidade da Federação Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ([0450669](#)).

Ocorre que, após o início do certame - PE nº. 25/2019 ([0464026](#)), em virtude da publicação (26/09/2019) do novo Caderno Técnico de Estudos sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos Serviços de Vigilância do ano de 2019, fez-se necessário adequação dos valores estimados para a contratação pretendida.

Após a suspensão do certame ([0467786](#)), a SEAP elaborou novo Termo de Referência, registrado sob o nº 120/2019 ([0468345](#)), adequando os valores da contratação com a nova planilha de custos, agora dimensionada em **R\$ 1.899.113,40** (um milhão, oitocentos e noventa e nove mil cento e treze reais e quarenta centavos).

Por celeridade e economia processual, a SAOFC se manifestou pela aprovação do Termo de Referência nº. 120 ([0468345](#)), sem nova análise pela COMAP e nova emissão de parecer jurídico pela AJDG ([0468610](#)).

Considerando que a única diferença entre o Termo de Referência 94 ([0450258](#)) aprovado por esta diretora-geral e o novo Termo de Referência nº. 120 é a nova planilha de custos constante do novo Caderno Técnico de Estudos sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites dos Serviços de Vigilância do ano de 2019, esta diretora-geral reitera os fundamentos contidos no Despacho 4835 ([0461327](#)) e, com base nas atribuições conferidas pelo artigo 1º, I, da Portaria 66/2018:

1 - APROVA o Termo de Referência nº. 120 ([0468345](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no artigo 9º, § 2º, do Decreto 5.450/05;

2 - AUTORIZA a despesa, que deverá ser precedida de regular processo licitatório, estabelecendo o **tipo de licitação na modalidade menor preço pelo único item, na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e art. 4º do Decreto Federal nº 5.450/05;

3- DETERMINA a divulgação do valor estimado da contratação, consoante item n. 27 do Parecer Jurídico;

4 – DECLARA inaplicável ao caso o regime de exclusividade às ME/EPP's, nos termos dos artigos 47, *caput* e 48, I, ambos da Lei Complementar n. 123/2006 e 6º e 9º, I, do Decreto n. 8.538/2015; e

5 – DETERMINA a aplicação das regras de sustentabilidade ambiental, nos termos do item 2, III do Termo de Referência.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 21/10/2019, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0468998** e o código CRC **BE0B2371**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0468998v3

Criado por 026098941465, versão 3 por 026098941465 em 21/10/2019 15:54:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 31/2019** – Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva.

PARECER JURÍDICO Nº 0483637 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP deste Tribunal ([0403344](#)), com o objetivo de formalizar contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva diurna e noturna a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/RO, conforme item 03 - Descrição Detalhada do Objeto, do Termo de Referência n. 94 ([0450258](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do edital do pregão eletrônico e seus anexos ([0472418](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico AJDG n. [0474644](#)/2019 - PRES/DG/AJDG, convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico n. 31/2019 ([0474986](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0474987](#) e [0475635](#).

04. A Seção de Licitação e Compras - SLC respondeu a um pedido de esclarecimento ([0466626](#)) relativo ao Edital de Pregão Eletrônico n. 25/2019 que foi devidamente respondido e resultou na suspensão do certame para efetuar ajustes. Referente ao Edital de Pregão Eletrônico n. 31/2019, houve um pedido de esclarecimento ([0479369](#)), que foi devidamente respondido, e uma impugnação ao edital ([0479366](#)), a qual foi julgada improcedente.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Proposta RG Segurança ([0481540](#)), Planilha de Custos ([0481545](#)), Anexo – Declaração de Responsabilidade da licitante ([0481551](#));

b) Anexo Habilitação RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA CNPJ: 13.019.295/0006-02 – ([0482240](#), [0482241](#), [0482242](#) e [0482244](#)).

c) Solicitação SLC ([0482245](#)), E-mail da SECA sobre qualificação econômico-financeira ([0482843](#)) e Informação 8391 ([0482844](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0482908](#)), Resultado por Fornecedor ([0482909](#)), Termo de Adjudicação ([0482910](#)), Resultado de Licitação ([0482911](#)) e Publicação – Comprovante de envio DOU/DJE ([0482923](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0482924](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0482925](#)). **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 31/2019

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

11. Destarte, para melhor clarificar o andamento desta contratação ressalta-se que a primeira minuta de edital ([0462548](#)), após análise e aprovação por esta Assessoria Jurídica ([0463386](#)), foi convertida no Edital de Pregão Eletrônico n. 25/2019 ([0464026](#)), com as publicações juntadas no Sistema SEI, conforme evento [0465221](#). Após pedido de esclarecimento ([0466626](#)), houve necessidade de retificação ([0467000](#)). Assim, foi elaborada nova minuta de edital ([0472418](#)), a qual, após análise e aprovação desta Assessoria Jurídica ([0474644](#)), foi convertida no Edital de Pregão Eletrônico n. 31/2019 ([0474986](#)). Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: houve um pedido de esclarecimento ([0479369](#)), que foi devidamente respondido, e uma impugnação ao edital ([0479366](#)), a qual foi julgada improcedente.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os melhores lances para o item único do certame estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0480216](#)) e todos os lances de cada item da ata do pregão ([0482908](#)).

IV – Fase de negociação/aceitação: A empresa **RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA** apresentou proposta de menor valor ([0480266](#)), tendo seu valor reduzido após negociação ([0480365](#)). Verificada pequenas irregularidades e aparente inexecuibilidade ([0480395](#)), a empresa reapresentou proposta ([0481540](#)), além de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

planilha ajustada ([0481545](#)) e justificativa dos valores ([0481551](#)). Em nova análise, a proposta foi achada regular, razão pela qual foi aceita. Todas as ocorrências foram registradas no item VIII do Relatório do Pregoeiro([0482924](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

V - Item deserto: Não houve.

VI – Fase de Habilitação: A licitante **RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDACNPJ: 13.019.295/0006-02**, atendeu aos requisitos habilitatórios, consoante documentações acostadas nos eventos [0482240](#) a [0482244](#), sendo habilitada e declarada vencedora do certame.

VII – Recursos: Não houve.

12. Observa-se que os prazos recursais acham-se vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no parágrafo §3º do art. 44 da Lei n. 10.024/19, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0459575](#)).

III - CONCLUSÃO

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0482910](#)), com fundamento no art. 46, da Lei n. 10.024/19, nos moldes já especificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 03/12/2019, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 03/12/2019, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0483637** e o código CRC **FC462268**.

0001014-93.2019.6.22.8000

0483637v5

Criado por 004891562321, versão 5 por 004891562321 em 03/12/2019 13:53:29.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS - SEAP

ASSUNTO: Homologação - Pregão Eletrônico n. 31/2019 – Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva Capital.

DESPACHO Nº 6220 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP deste Tribunal ([0403344](#)), com o objetivo de formalizar contratação de pessoa jurídica especializada na **contratação de serviços de vigilância armada e ostensiva** diurna e noturna a serem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/RO, conforme item 03 - Descrição Detalhada do Objeto, do Termo de Referência n. 120 ([0468345](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos o relatório de propostas do sistema Comprasnet ([0480216](#)); a ata do certame ([0482908](#)); o Termo de Adjudicação ([0482910](#)); Resultado da Licitação ([0482911](#)); Publicação do resultado ([0483578](#)) e Relatório dando conta de todas as ocorrências ([0482924](#)).

Constam nos autos que, relativamente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 25/2019, houve um pedido de esclarecimento ([0466626](#)), que foi devidamente respondido e resultou na suspensão do certame para efetuar ajustes, bem como quanto ao Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2019, houve um pedido de esclarecimento ([0479369](#)) que foi devidamente respondido, e um impugnação ao edital ([0479366](#)), a qual foi julgada improcedente.

No dia e horário determinados, o Pregoeiro iniciou a OPERAÇÃO da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico, não havendo desclassificação de propostas.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante **RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDACNPJ: 13.019.295/0006-02**, valor total R\$ 1.785.099,60 (um milhão setecentos e oitenta e cinco mil noventa e nove reais e sessenta centavos). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora, conforme Termo de Adjudicação juntado aos autos ([0482910](#)).

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0482910](#)) uma vez que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0482908](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 31/2019**, consoante Termo de Adjudicação ([0482910](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/12/2019, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0483969** e o código CRC **5074796E**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 09Dez19 NUMERO: 2019NE000950 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDereco : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 13019295/0006-02 - RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
 ENDEREÇO : GUIANA 2877 EMBRATEL
 MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76820-749
 TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, CONF. PREGÃO
ELETRÔNICO 31/2019, PARECER JURÍDICO DA AJDG (0483637), DESPACHO 6305 DA SAOFC
(0485416) E REMESSA DA COFC (0485702) DO PROCESSO SEI ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339037 000000 AIEF VIGOST
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00010149320196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 15.867,55

QUINZE MIL, OITOCENTOS E SESENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS***

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAUJO LOPES:36.0468
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Autoridade
Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=Cert-JUS
Institucional - A3, ou=Tribunal Regional Eleitoral
Rondonia-TRE-RO, ou=Servidor, cn=LIA MARIA
ARAUJO LOPES:36.0468
Dados: 2019.12.09 14:53:59 -04'00"

FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

Assinado da forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO: 16251784253
DN: o=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autorizado por Certsign Certificadora Digital, cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO: 16251784253
Dados: 2019.12.09 14:49:09 -0400'



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 10/2019/TRE-RO, assinado em 11/12/2019. PREGÃO ELETRÔNICO N. 31/2019. Contratada: RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ n. 13.019.295/0006-02. Objeto: Contratação de serviços de vigilância armada - ostensiva, preventiva, diurna e noturna - para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis do TRE-RO. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 3555/2000, 10.024/2019 e 9.507/2018, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 10/2019/TRE-RO. Vigência: 30 (trinta) meses, iniciando-se em 23/12/2019. Valor Total Estimado: R\$ 1.785.099,60. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.37-03. Nota de Empenho n. 2019NE000950, de 09/12/2019. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 5267/2019-PRES/DG/GABDG, de 21/10/2019. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 6220/2019-PRES/DG/GABDG, de 04/12/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA. Processo SEI: 0001014-93.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 11/12/2019, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0486627** e o código CRC **D0C1EAF9**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 11/12/2019 11:25:04.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 240, quinta-feira, 12 de dezembro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 61/2019-TRE/RN; 2) Contratado: APOIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 04.994.238/0001-02); 3) Objeto: Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e execução de serviços de instalação de forros de PVC na Seção de Gestão de Materiais, fornecimento e instalação de grades e de gradis na Seção de Gestão de Materiais e no Galpão das Umas do Tribunal Regional Eleitoral/RN, em Natal/RN, e fornecimento e instalação de gradil frontal na 6ª Zona Eleitoral (Nísia Floresta/RN); 4) Amparo: Lei nº 8.666/1993; 5) Processo Administrativo Eletrônico nº 8735/2019 - TRE/RN; 6) Vigência: 12 meses, a contar da assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Nota de Empenho 2019NE00473; 8) Valor: R\$ 67.516,20; 9) Data de Assinatura: 09/12/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela Contratada, Wagner Lima de Carvalho.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico/protocolo nº 15921/2017; 2) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2018 - TRE/RN; 3) Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 20 (vinte) meses, de 11/12/2019 a 11/08/2021; 4) Contratada: RIO GRANDE DO NORTE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. - ME (CNPJ nº 11.330.880/0001-80); 5) Fundamento legal: art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93; 6) Ratificação: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições não retificadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 04/12/2019; 8) Signatários: Pela Contratante, Marcos Flávio Nascimento Mala, Diretor-Geral do TRE/RN em substituição e, pela Contratada, Caio Ramon Lins Honório da Silveira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico/protocolo nº 6404/2019; 2) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2019 - TRE/RN; 3) Objeto: supressão de 8,04%, correspondente ao valor de R\$ 3.509,61 (três mil novecentos e nove reais e sessenta e um centavos), sobre o valor inicial atualizado do contrato, e acréscimo de 36,33%, no valor de R\$ 17.655,76 (dezoito mil seiscentos e cinquenta e cinco reais setenta e seis centavos) sobre o valor inicial atualizado do contrato; 4) Contratada: ZLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CNPJ nº 13.491.432/0001-94); 5) Fundamento legal: Lei 8.666/93; 6) Data de Assinatura: 11/12/2019; 8) Signatários: Pela Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN e pela Contratada, Lenilson Kerginaldo Soares.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 10/2019-TRE-RO, assinado 11/12/19, decorrente do Pregão 31/19. Contratada: RS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. CNPJ n. 13.019.295/0001-02. Objeto: Contratação de serviços de vigilância armada - ostensiva, preventiva, diurna e noturna - para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis do TRE-RO. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e Decretos Federais 355/00, 10.024/19 e 9.507/18 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 30 meses, iniciando-se em 23/12/19. Valor Total Estimado: R\$ 1.785.099,60. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.37-03. Nota de Empenho 2019NE000950, de 09/12/19. Homologação: Despacho 6220/19 /DG, de 04/12/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA. Processo SEI: 0001014-93.2019.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 - UASG 70028

Nº Processo: 0002651-52/2019. Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de revitalização no prédio do cartório da 7ª Zona Eleitoral de Roraima, localizado no município de Pacaraima, Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/12/2019 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 16h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70028-5-00030-2019. Entrega das Propostas: a partir de 12/12/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/12/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais:

MARCELO ALT DINIZ
Assessor de Licitações

(SIASGnet - 11/12/2019) 70028-00001-2019NE000033

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Orsagups Segurança e Vigilância Ltda. CNPJ da Contratada: 75.092.593/0013-04. Objeto: Termo Aditivo n. 177/2019, referente ao Contrato n. 076/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os Cartórios Eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense, distribuídos nas regiões 3 e 5 (acresce o Cartório Eleitoral de Navegantes à região 3, altera as cláusulas do prego e do valor anual estimado e estipula o prazo para início dos serviços). Novo valor total mensal: R\$ 5.166,67. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 06/12/2019. Pregão n. 049/2019.

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa Raupp & Fernandes Ltda., CNPJ n. 10.554.263/0001-04, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no subitem 11.2, "F", do Edital do Pregão n. 040/2019, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE n. 32.322/2019.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2019.
DESEMBARGADOR CID JOSÉ GOUART JÚNIOR
Presidente do Tribunal

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa Fialabel Etiquetas e Rótulos EIRELI, CNPJ n. 23.866.357/0001-52, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no subitem 11.2, "F", do Edital do Pregão n. 054/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE n. 36.187/2019.

Florianópolis, 27 de novembro de 2019.
DESEMBARGADOR CID JOSÉ GOUART JÚNIOR
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2019 - UASG 70018

Nº Processo: 006319522. Objeto: Fornecimento parcelado de gasolina comum, álcool etílico hidratado ou etanol hidratado e óleo diesel S10. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 12/12/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisco Michelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00127-2019. Entrega das Propostas: a partir de 12/12/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/12/2019 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
Presidente do Tre-sp

(SIASGnet - 11/12/2019) 70018-00001-2019NE000068

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS E CONTRATOS EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo resolve aplicar a BARU COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-ME, CNPJ 10.881.930/0001-55, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo período de 1 (um) ano, a contar desta publicação, bem como a multa compensatória, prevista no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de R\$ 1.252,50. As penalidades resultam da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico Federal nº 129/2018, mediante processo administrativo SEI 0055246-78.2018.6.26.8000.

São Paulo, 10 de dezembro de 2019.

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato 9/2019 firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, CNPJ 06.015.356/0001-85 e Venessa Auto Posto Ltda., CNPJ 13.923.875/0001-07. Objeto: fornecimento de combustíveis (gasolina Comum, etanol e óleo Diesel S-10). Licitação: Processo SEI 0021197-04.2019.6.25.8000 - Pregão Eletrônico 14/2019. Dotação Orçamentária: 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e 02.061.0570.4269.0028 - Pleitos Eleitorais; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.30 - Material de Consumo. Empenho: a ser emitido no exercício de 2020. Valor exercício 2020 e total: R\$ 110.030,00. Vigência: 1/1 a 31/12/2020. Data de Assinatura: 6/12/2019. Signatários: Des. José dos Anjos e Evandro Mendonça.

Contrato 10/2019 firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, CNPJ 06.015.356/0001-85 e Polo Ar Condicionado Serviços de Refrigeração EIRELI, CNPJ 06.021.988/0001-51. Objeto: serviços de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades do TRE-SE. Licitação: Processo SEI 0021524-46.2019.6.25.8000 - Pregão Eletrônico 10/2019. Dotação Orçamentária: 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.37 - Locação de Mão de Obra. Empenho: 2019NE00058 e 2019NE00069. Valor: exercícios: 2019 - R\$ 5.749,83, 2020 - R\$ 98.306,16, 2021 - R\$ 92.556,33 e total R\$ 196.612,32. Vigência: 9/12/2019 a 8/12/2021. Data de Assinatura: 6/12/2019. Signatários: Des. José dos Anjos e Vanderlan Vieira Ferreira.

Contrato 11/2019 firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, CNPJ 06.015.356/0001-85 e Geti Comercio e Servicos de Informatica Ltda., CNPJ 10.585.746/0001-30. Objeto: serviços de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação (service desk). Licitação: Processo SEI 0022907-59.2019.6.25.8000 - Pregão Eletrônico 15/2019. Dotação Orçamentária: 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; Elemento de Despesa: 3.3.9.0.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ. Empenho: a ser emitido no exercício de 2020. Valor: exercícios: 2020 - R\$ 218.335,73, 2021 - R\$ 220.338,20, 2022 - R\$ 205.325,82 e total R\$ 643.999,75. Vigência: 6/12/2019 a 5/12/2022. Data de Assinatura: 6/12/2019. Signatários: Des. José dos Anjos e Fabrício Rogério Santos Santana.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Prestação de Serviços 229/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TIDF, e a TELE ALARME SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-EPP (TASS). b)Objeto: Implantação de solução Wireless de sistema de detecção e alarme de incêndio no Fórum de Samambá. c)Fundamento legal: artigo 23, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93. d)Valor estimado do contrato: R\$ 547.854,48. e)Vigência: 180 dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.. f)Data da assinatura: 11/12/2019. g)PA: 0007288/2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2019

Processo TRT/PRGAD nº 9584/2019 - PE nº 63/19 - Objeto: AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTAS) LICENÇAS VDA (VIRTUAL DESKTOP ACCESS) PARA USO EM AMBIENTE VIRTUALIZADO POR 36 MESES. Tornamos pública a todos os interessados a homologação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 63/2019, relativo ao processo em referência, sendo vencedora do certame a empresa TELEFONICA BRASIL S/A.

Rio de Janeiro - RJ, 11 de dezembro de 2019.
ERIKA MELO PEREIRA BARRIOS
Coordenadora da CPL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2019

Processo TRT/PRGAD nº 8965/2019 - PE nº 61/2019 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE, DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E EXAMES LABORATORIAIS PARA ANTONIO CARLOS GONÇALVES DOS REIS, conforme detalhado no Termo de Referência. Tornamos pública a todos os interessados a homologação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 63/2019, relativo ao processo em referência, sendo vencedora do certame a empresa AMARE - CUIDADO DOMICILIAR E SERVIÇO DE SAÚDE LTDA.

Rio de Janeiro - RJ, 11 de dezembro de 2019.
ERIKA MELO PEREIRA BARRIOS
Coordenadora da CPL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-ro.gov.br/sustentabilidade.html>, pelo código 05302019121200181

